

PEDRO BOI: Senhoras e senhores, boa noite. Ó, é bom dia. É que eu sou de hábitos noturnos, e acordar sete e meia da madrugada foi uma maldade que a Maria Mariana fez comigo. Maria Mariana é filha de (Trecho Incompreensível). E me pediu para cantar umas canções que a gente produziu no passado. E tudo começou mais ou menos assim. “Quem matou mamãe, vovó? Quem matou mamãe, vovó? Foi a trança do cipó, foi a trança do cipó. Quem matou papai, vovô? Quem matou papai, vovô? Foi um grande matador. Foi um grande matador. Ó, Deus, quanta gente boa, meus Deus quanto homem bom já morreu de emboscada, já tomou lá no sertão. Por mãos de gente malvada em troca de umas patacas por ordem do capitão. Pois quem viu silenciou, o rádio nunca falou, o jornal não publicou, na TV não saiu não. Pois no fundo, meu compadre, ele é o dono da verdade, quem manda é o capitão. Certa vez lá na Jaíba, sucedeu a patuscada, um homem rico e o outro pobre, duas glebes pareadas. O rico muito sabido inventou uma trapalhada, diz que a divisa da terra estava toda errada. Trouxe o homem para a cidade, contratou uma jagunçada para garantir o serviço e a terra ser remarçada. Choveu bala, correu sangue, cachoeira, enxurrada, no final de algum tempo a sorte estava selada. O rico ficou com tudo e o pobre ficou sem nada. Errou, errou. Pedra de bodoque matou passarinho, foi tiro de espingarda que matou painho, pedra de bodoque matou passarinho, foi tiro de espingarda que matou painho. Pedra de bodoque matou passarinho, foi tiro de espingarda que matou painho, pedra de bodoque matou passarinho, foi tiro de espingarda que matou painho”. E aí a história continua da seguinte forma, aconteceu lá em Cachoeirinha. “Ariei, ariei, minha carabina papo-amarelo. Amolei, amolei, meu facão areei, meu parabelo. Arrumei a matula, minha matulinha, no bernal rapadura, na cumbuca farinha. Arrumei a matula, minha matulinha, no bernal munição, na cumbuca caninha. Areei, areei, minha carabina papo-amarelo. Amolei, amolei, meu facão areei, meu parabelo. Quando saí lá de casa, ai, ai, falei para (Trecho Incompreensível), vou beirar o Rio Verde, vou dar uma voltinha. Vou caçar papaterra, esse bicho ladinho que vive assustando essa gente pacata de Cachoeirinha. Vou caçar papaterra, esse bicho ladinho que vive assustando essa gente pacata de Cachoeirinha. O povo de lá não quer guerra, ai, ai, só quer salvar sua gleba, seu pedacinho de terra. E o que povo pensa, ai, ai, é o mesmo que disse compadre Porfírio, se for para morrer de fome eu prefiro morrer de tiro. Pois se for para morrer de fome prefiro morrer de tiro. Areei, areei, minha carabina papo-amarelo. Amolei, amolei meu facão areei, meu parabelo. O povo de lá não quer guerra, ai, ai, só quer salvar sua gleba, seu pedacinho de terra. E o que o povo pensa, ai, aí, é o mesmo que diz o compadre Porfírio, se for para morrer de fome prefiro morrer de tiro.

Se for para morrer de fome prefiro morrer de tiro. Se for para morrer de fome, prefiro morrer de tiro. Se for para morrer de fome prefiro morre de tiro, se for para morrer de fome, prefiro morrer de tiro”. É isso aí. É uma das canções, duas canções que fiz com meu parceiro, falecido Ildeu Braúna. Para Ildeu Braúna um grande abraço também. Beijos, obrigado (Trecho Incompreensível)

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Gostaríamos de agradecer a Pedro Boi por abrir nossos trabalhos lembrando o caso de Cachoeirinha porque é disso que se trata o que nós daremos partida. Gostaríamos de agradecer a presença de todos os participantes, as pessoas aqui convidadas. Gostaríamos de agradecer às pessoas convidadas a nos apoiarem. A imprensa de Montes Claros, que prontamente nos apoiou e vem dando cobertura aos trabalhos da Comissão, da pró-Comissão. Bem, inspirados na Comissão Nacional de Anistia e na Comissão da Verdade, que entre os dias 23 e 29 farão audiências públicas em diversas cidades do país, aqui em Montes Claros um grupo de pessoas se reuniu e começou a pensar a instituir aqui em Montes Claros uma comissão que fizesse o levantamento de casos de pessoas atingidas pela ditadura, não só as personalidades conhecidas de Montes Claros, mas também muitas pessoas em diversas comunidades rurais que sofreram o impacto da repressão durante a ditadura militar. Após algumas reuniões a gente chegou à câmara municipal, na pessoa do Vereador Eduardo Madureira, a quem a gente agradece todo o apoio dado, e a câmara, que nos abriu a possibilidade de que nossos trabalhos, que os trabalhos da pró-Comissão acontecessem no âmbito da câmara municipal. E esse vínculo entre a pró-Comissão e a câmara municipal é fundamental, porque a comissão que nós denominamos, Comissão Verdade Memória do Grande Sertão, ela precisa ter uma institucionalização, e nada melhor do que a institucionalização dessa comissão na Câmara dos Vereadores de Montes Claros. O dia de hoje nós teremos dois momentos, o primeiro momento a fala de algumas, alguns convidados importantes para os nossos trabalhos. Em seguida teremos o depoimento de algumas pessoas vinculadas por parentesco a alguma, alguns dos casos, algumas das pessoas atingidas pela ditadura, que sofreram a repressão durante o governo militar. E na parte da tarde a gente vai instituir a Comissão, a sua coordenação, e compor os quatro grupos de trabalhos que farão efetivamente o trabalho de levantamento dos casos das pessoas atingidas pela ditadura. Nesse momento eu passo a compor a mesa, convido o Secretário de Estado de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. O vereador Eduardo Madureira, representando a Câmara Municipal de Montes Claros. E a Senhora Helena Amorim, representando a Comissão Estadual da Verdade. Gostaria de registrar a presença do Vereador Irmão Valdinei, a quem agradecemos. A partir desse

momento a gente ouvirá alguns depoimentos de pessoas atingidas pela ditadura, e a primeira, o primeiro depoimento, a primeira oitiva é do Senhor Valdir, filho de Nego, que não suportando a repressão militar suicidou em decorrência disso. Por favor.

VALDIR FRANCISCO GOMES: Bom dia. Eu sou Valdir Francisco Gomes, filho de Nego Matias Gomes Barbosa. Eu gostaria de registrar que em 69 o meu pai Matias foi preso, foi na parte da manhã, eu presenciei, saindo para o colégio, na época estudava no Colégio São José. Foi exatamente uns três meses ele desaparecido. Graças ao Deputado Genival Tourinho, na época advogado, descobriu que ele estava no DOPS. Mas não foi possível, não foi possível encontrá-lo. Posteriormente o Genival descobriu meu pai em Neves, nesse primeiro dia também não foi possível devido às torturas. Mas logo no dia seguinte conseguiram encontrá-lo totalmente desfigurado. Me abraçou falando que já estava morto porque a tortura era tamanha que não me conhecia. Passou, voltei para casa, alegre ter encontrado vivo. Quando cheguei em casa o meu irmão Paulo Acácio já tinha sido conduzido, preso. Saí, quando voltei a polícia também já estava me esperando. Fui torturado até chegar o batalhão. Daí encontrei com meu irmão e ficamos incomunicáveis, eu, Evaldo Magalhães, da Pio XII, e mais duas pessoas que não me lembro, de Pirapora. Aí para falar alguma coisa começou as torturas psicológicas. Igual, um deles torturou e jogou perto da gente e falou: "Agora é sua vez, Valdir, daqui a pouco é o seu irmão". Esse meio ficamos quase um mês, aí conseguimos sair aqui da prisão, meu pai continuou em Neves. E logo depois recebemos o comunicado que estava, ia responder processo e ficamos dois anos em Juiz de Fora respondendo processo. Aí papai continuou preso, mas logo saiu, totalmente louco, ficou internado muitos anos, muito tempo lá no hospital psiquiátrico, era Santa Catarina. Mas nunca mais, sempre tentando suicídio, falando dos horrores das prisões. Nesse instante, eu era o mais velho, tinha vinte e poucos anos, três irmãos, um dos meus irmãos foi mais sacrificado porque de tanto papai falar nas torturas, ele escutando aquilo tudo todos os dias, ele ficou psicologicamente arrasado. E até hoje, era criancinha, vive às custas de remédio, sequela da ditadura. Bom, 72, novembro de 72, fomos julgados, absolvidos. Nesse, quando a gente estava preso aqui no batalhão, o meu irmão, o Paulo Acácio, tinha acabado de completar 18 anos na prisão, dia 31 de abril de 69. Em Juiz de Fora, a gente respondendo processo, o Doutor Marco Afonso de Souza descobriu que Paulo tinha sido preso injustamente porque era de menor, aí ele foi excluído o processo, mas ficou, sofreu muito também juntamente comigo. Mas o sofredor pior de todos foi

papai, ele sofreu mais, chegou ao ponto de pouco tempo atrás suicidar devido às torturas que sofreu nas prisões.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Mais alguma coisa? Agradecemos ao Valdir, sabemos que não é fácil relembrar esse período, para as pessoas que sofreram o impacto da ditadura militar. Convido a Débora, neta de Porfírio, para prestar o seu depoimento.

DÉBORA: Bom dia, gente. Quando eu estava vindo para cá eu estava pensando qual é o sentimento que eu tinha. Talvez o sentimento de muitos de vocês é um sentimento de protocolo, talvez é um, é um sentimento de estudo, não é, temos acadêmicos aqui nessa manhã. Mas eu posso dizer que o meu sentimento e o da minha família é um sentimento de emoção, assim. Essa manhã tem muito significado para a gente, ouvir a música tem muito significado para a gente. É óbvio que eu não era nem nascida naquela época, a minha mãe ela era criança, tinha três, quatro anos de idade. E aí entraram, não é, na casa do meu avô, da minha avó, os meus tios estavam lá, eu nem sei muitos detalhes porque os detalhes nem são ditos porque é dolorido os detalhes. Mas o que eu sei é que invadiram a casa do meu avô, invadiram a casa da minha avó, trataram meu avô como bandido porque ele tinha coragem de dizer e de defender aquilo que ele acreditava. Com muita violência, com muita agressão, com muito desrespeito, com muito vandalismo, com muita falta de dignidade. Entraram na casa do meu avô, um cidadão honesto, que pagava seus impostos, que era pai de família, e o tratou como um bandido. E como se não fosse o suficiente, saíram pegando da, dos armários do meu avô aquilo que eles consideravam o mais perigoso. Livros, conhecimento, literaturas de Marx, de Engels e de tantos outros. Que dava ao norte mineiro uma base filosófica e de entendimento pelo qual ele estava lutando naquela época. Sumiram com meu avô, sumiram, depois levaram ele para Belo Horizonte. Às vezes a ditadura para a gente não tem tanto significado, e talvez para você que não teve um membro da sua família que lutou por ela, tenha menos significado ainda. Mas para os meus tios e para a minha mãe a ditadura custou a ausência do pai. Para eles a ditadura ela custou às vezes um não entendimento porque que o pai era tratado do jeito que estava sendo tratado. E aí o meu avô some e aí a minha avó, bem assessorada na época pelos companheiros, e aqui eu quero fazer só um parêntese, porque eu ouço muito hoje, não é, as pessoas se cumprimentar: “Companheiro, companheira”, e eu acho isso maravilhoso, mas às vezes as pessoas fazem sem significado do que é companheiro. Porque companheiro naquela época era companheiro de vida, ele estava disposto, assim como os outros companheiros estavam, de arcar com as últimas consequências para chamar um ao outro de

companheiro, isso é só um parêntese. E aí a minha avó vende a única herança que ela tinha ali no São José, ela tinha alguns terrenos lá, ela vende todos aqueles terrenos para tentar tirar o meu avô da cadeia. Então a ditadura também custou para a minha família aquisições financeiras, morais. Porque para os meus tios na escola ou na rua, a maneira como a ditadura colocava a figura do meu avô, e aqueles que não tinham muito entendimento da causa, contribuía com essa visão negativa. Nós podemos chamar de bullying, que foi o que os meus tios e a minha mãe sofreu também naquela época. Então quando a gente fala de ditadura, e a gente lê sobre ditadura, é uma coisa que para mim, nos livros, nas palavras, elas não conseguem refletir significado tão profundo quanto uma música como foi cantada aqui. De pessoas que viveram, de pessoas que sentiram. E a grande verdade é que o meu avô nunca mais foi o mesmo, mesmo depois de ter voltado para casa, ter voltado para Montes Claros, nunca mais ele foi o mesmo. Ele voltou cheio de sequelas, emocionais, psicológicas, porque as torturas eram muito intensas. E tem alguns companheiros que de fato dão significado a essa palavra e que relataram depois para mim que estiveram presos, não é, com meu avô, e mesmo dentro da cadeia, não é, a cadeia não conseguia calar ele, a ideologia. E ele continuava gritando, e ele continuava lutando, e aí os companheiros, um ou outro, que já haviam sido brutalmente torturado e cansado, dizia: “Não, companheiro, vamos, vamos ficar quieto, vamos fazer silêncio, vamos esperar”, e o meu avô continuava gritando, e continuava bradando o grito da democracia dentro da cadeia. Então eu quero dizer para vocês, nessa manhã, eu quero encorajar vocês nessa manhã a dar significado para esse dia. Que não seja só um encontro para marcar um protocolo, porque isso aqui diz respeito à minha vida, diz respeito à minha história, diz respeito à história de tantos outros que não estão aqui, que não tiveram condições emocionais de estarem aqui. Se hoje nós temos democracia é porque pessoas pagaram um preço por ela. Então eu quero encorajar vocês, a nossa geração, a não banalizar essa democracia igual a gente tem visto que tem acontecido, mas que seja uma democracia com significado, que seja uma democracia em prol dos outros, não só em prol de nós mesmos. Porque a todo momento eu vi o meu avô pensando, agindo e se sacrificando em prol de um coletivo, e não em prol de si mesmo ou de um grupo específico. Que vocês possam sair daqui no fim do dia de hoje refletindo o quê que, tudo que foi dito, discutido, qual é o significado que tudo isso tem para nós hoje. Nós não podemos deixar que essa história vire história, mas que ela sirva, sim, de lição, de encorajamento para que nunca mais, nunca mais as nossas casas sejam invadidas e os nossos livros e conhecimento queiram ser roubados de nós. Eu agradeço pela oportunidade, que vocês tenham um excelente dia.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Agradecemos à Débora por esse depoimento tão importante. Nós temos pessoas da organização da pró-Comissão, estão com crachá, se alguém quiser prestar depoimento, além das pessoas já inscritas aqui quiserem prestar depoimentos sobre parentes que tenham sofrido o que a ditadura impôs às pessoas nesse país e ao país, por favor, dirijam-se a eles e se inscrevam. Eu gostaria de convidar Seu Sula, um dos guerreiros de Cachoeirinha, para prestar seu depoimento. Eu gostaria de registrar a presença da Vereadora Graça e convidá-la para estar aqui em cima. Obrigado.

SULA: Eu vou contar o caso, como é que eu fui (Trecho Incompreensível) o caso de Cachoeirinha, a chegada do povo nascido e criado lá dentro de Cachoeirinha, de Verde Landa. Lá, lá só tinha só bicho naquela época, não tinha nada, quem chegou lá primeiro foram os negros, que foram comprados na África para vir aqui para o Brasil carregar carroça que nem burro, não é? Aí nós fomos, esse povo foi chegando, quando foi para ser libertado, foi a Princesa Isabel que libertou esses negros. Bom, agora, a Princesa Isabel poder libertar eles, eles primeiro... ela casou primeiro com um negro, não, teve um filho com um negro, um dos negros. Aí os negros estavam escravizados, nasceu um menino branco, uma parte preta outra parte branca, ela foi e pegou promessa. No outro dia os filhos dela amanhecessem tudo branco ela libertava os negros, se nascesse tudo preto ela libertava os negros. Quando foi no outro dia os meninos nasceram tudo alvinho. Ela foi, chamou os negros e libertou os negros. Agora, os negros para “mode” não serem escravizados, para não serem escravizados, foi obrigado, aí ela foi, eles “foi” e saiu, fazendo uma picadinho de facão para o mato, fazendo a picada de facão, fazendo, até sair na aldeia dos índios. Aí os índios foram, os índios foram e apoderaram deles, não é? Os índios foram, apoderaram deles e eles ficaram toda a vida mais os índios. Aí os índios, os negros foram, viu do lado de lá do Cachoeirinha uma fumaça, e os de lá viu fumaça para o lado de cá do rio, o rio no meio. Aí eles foram, aí eles foram e encontraram, encontraram. Aí eles falaram, eles foram e falaram: “Olha, gente, está chegando o tempo de plantar, como é que faz para poder nós plantar? Não tem mantimento aqui. Nós só indo caçar mantimento para poder plantar”. Aí eles foram caçar o de comer, foi caçar lugar de sair outra vez. Aí ele chegou, ele chegou e ficou aí, ficou, ficou, ficou, aí ele falou assim: “Olha, gente”, aí os negros, os índios falaram assim: “Olha, agora nós vamos caçar, você campanha, vocês acompanham nós? Vocês acompanham nós?” Aí eles falaram: “Não, não vou acompanhar não, nós vamos ficar aqui”. Aí as índias já estavam gramadas com os negros, já estavam gramadas com os negros e os negros gramados com elas, falou: “Eu não vou caçar

não. Aí eu não vou caçar, eu vou ficar aqui na Rancharia”. Aí os índios saíram, foram caçar. (Trecho Incompreensível). Aí eles foram, caco de estrada, eles pegaram a estradinha, a picadinha. Pegou a picadinha, voltou para atrás da onde é que eles vieram, não é? Uma picadinha que eles fizeram de facão. Chegou lá, quando eles foram chegando, os índios chegaram, só estava o fogo aceso. Aí pegou a picadinha, entendeu? O cara foi correndo, correndo, correndo, e eles de vez em quando batia o joelho no chão, assim, e ficava olhando. Com pouco ela veio, e veio atrás para pegar nós. Rapaz, eles faziam, pegavam eles, botava na “cacunda”, corria um bocado com eles, corria, daí soltava no chão eles caíam. Quando eles foram chegando da onde é que ele saiu, aí os índios baixaram, os índios baixaram e os cachorros saíram com os índios. E o cachorro saiu com os índios, voltou para trás os índios. Aí eles foram e amansou as índias e casou com elas, não é? Casou com elas. Aí elas foram, eles ficaram lá, ficou, ficou, ficou, ficou, aí disse: “Olha, moço, agora nós vamos voltar lá para aldeia outra vez”, não é? Tá. “Nós vamos voltar para lá outra vez, para a aldeia dos índios”, aí eles compraram cachorro, comprou fogo, comprou fósforo e foi botando fogo na mata, cachorro latindo e eles jogando fogos, não é? Aí quando ele chegou na aldeia dos índios só estava o fogo aceso, os índios já tinham desaparecido, sumido, largou. Aí eles foram e apoderaram do lugar, não é? Eles foram, apoderaram do lugar e ficou lá, ficou, ficou, ficou, ficou. Aí quando ia, aí eles foram e deu querer vir embora para cá, comprar mantimento para poder plantar. Aí eles viram o fogo, aí chegou assim: “Uai, aqui como é que nós vamos apelidar aqui?”, eles viram fumaça de lá e fumaça de cá, eles aí, encontrou no rio, no rio. “Aqui agora nós vamos, nós vamos caçar um jeito de nós sairmos daqui para ir caçar mantimento e plantar”. Aí eles foram: “E como é que nós apelida aqui?”, falou assim: “Nós aqui nós vamos apelidar aqui, ó. Aonde o (Trecho Incompreensível) mora lá”, “Lá chama Lagoa do Sapé”. “Agora, e o seu lá, como é que você chama?”, “Chamo Lagoa Jaíba”. E aqui como é que nós apelidamos aqui esse rio aqui? Aqui chama, aqui, aqui chama Cachoeira, Cachoeirinha”. É tanto que lá, lá é Cachoeirinha até hoje, é Jaíba até hoje, que é Jaíba até hoje. E é Lagoa do Sapé, antigo (Trecho Incompreensível). Agora chegou os homens de lá de fora, o Manuel Olímpio, o Bastião, chegou para tomar conta dizendo que lá era deles, de avião (Trecho Incompreensível) compadre de lá, e tudo, aí não quis sair não. Aí passou, passou, passou, foi e chegaram (Trecho Incompreensível). Aí o Manuel Olímpio mais o Bastião empreitou o Jorgino, empreitou, empreitou, deu ele uma fazenda, deu ele uma fazenda para poder ele despejar os povos das terras sem direito a nada. É tanto que aí eles foram e falaram assim: “Olha, aqui é dos posseiros de Cachoeirinha, que é de Nicácio,

Cândido Moreira e Francisco Pereira Lima. (Falha no Áudio de 39:30 até 39:43) e Nicácio, de Nicácio, Cândido Moreira e Francisco Pereira Lima. O Nicácio e Cândido Moreira largou a Jaíba, e Francisco Pereira Lima largou o Sapé. (Falha no áudio de 40:03 até 40:08), aí essa nação de gente é de lá.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Falha no Áudio em 40:15) a resistência, como é foi a chegada da polícia.

SULA: Sim. Tá. Aí eles foram, chegou os homens para tirar nós. Chegou, chegou eles para tirar nós aí (Falha no Áudio de 40:30 até 40:36). Chegou, chegou com a polícia lá para tirar nós da terra. Aí nós demos a testa também para não sair, aí eles ainda falou assim: “Olha, gente, nós vamos lutar para defender a terra para poder nós plantar para sobreviver, nós não podemos ficar desse modo não porque nós estamos despejados, nós não temos nada, nós temos que, que lutar para defender a terra para trabalhar para sobreviver”. Aí nós primeiros viemos aqui em Montes Claros, nós viemos primeiro aqui em Montes Claros. Não, de Belo Horizonte, nós viemos de Belo Horizonte. Chegou lá o Luxá falou assim, mais o menino, falou: “Ó, Seu, ô Gedé. Ô Gedé, como é que é, na terra a fazenda primeira que vocês vão entrar?”, aí eu falei assim, Gedé falou assim: “Uai, eu não sei qual é a fazenda, posso, fala aí”. E eu “mode” eu falar, assim: “Não, posso, igualzinho tinha na fazenda de Jerônimo, o Jorgino é coronel e advogado, não é?”, aí ele falou: “Ele mete o pau em nós. A gente ia na fazenda de Rui, de Rui, Jorgino é coronel e advogado, ele mete o pau em nós. Nós vamos entrar na fazenda dele primeiro, nós vamos entrar na fazenda dele logo porque se matar, mata logo tudo e sossega, viu? Aí sossega, não é?”. Aí nós fizemos aí, ajeita uns forros lá e nós pulamos lá dentro com enxada, facão, machado, foice, arrancando capim e tudo. Assim, ia morrer nós morremos tudo, mas nós vamos entrar na fazenda dele. Porque ele é um coronel, ele não pode advocaciar para ele, ele não pode, os irmãos dele não podem advocaciar para ele, o primo dele não pode de advocaciar para ele, cunhado dele não pode advocaciar para ele. E assim nós entramos na fazenda dele, é melhor do que entrar na fazenda dos outros porque ele é coronel mesmo, manda meter o pau em nós. Aí quando nós viemos de lá para cá, nós arrancamos o capim, arrancou do lado, quando eu vim de lá para cá nós pegamos, nós chegamos no meio da estrada, até vinha Doutor Vicente com três carros de polícia da regional. Que o Tancredo Neves telefonando de lá de Belo Horizonte toda a vida para poder guarnecer nós, nós para “mode” o Jorginho (Trecho Incompreensível) polícia (Trecho Incompreensível), não é? Aí nós fomos, aí nós fomos. E aí quando ele chegou, assim, que ele foi levando, pulou no chão levou os



armamentos nossos, quando ele levou os armamentos nossos, “(Trecho Incompreensível) no chão bando de sem vergonha, filho da puta, ladrão de terra dos fazendeiros”. Assim, nós morremos lutamos mas não morremos de fome. Quer matar, mata. Quer matar, mata. Aí, nós falamos assim: “O senhor quer matar? Mata, mas nós queremos a terra para poder nós trabalharmos para plantar ao menos, nós cultivarmos para plantar ao menos folha para (Trecho Incompreensível) para poder comer para sobreviver. Quer matar, mata”. Quando nós falamos assim, eu estou cheio, enchi o olho d'água, a polícia também encheu o olho d'água, tirou os lenços, ficou limpando o olho. Aí depois eles puseram o armamento tudo no chão, os armamentos deles no chão, nós também pusemos as ferramentas nossas lá no chão, e esse (Trecho Incompreensível) tudo abraçou nós, todos eles abraçaram nós assim. Aí falou assim: “Agora faz isso, vocês largam as ferramentas aí para nós levarmos e vocês pegam o caminho, vocês vão embora para as suas casas para poder almoçar, não fica aí não”. Aí nós fomos e saímos. Quando nós saímos, que nós voltamos, comentou um pouquinho assim, o Zezão, que é o compadre do Jorginho, é compadre do Jorginho, tinha telefonado para lá, mandou um carro (Trecho Incompreensível), carro de polícia no DOPS. Quando chegou, quando ele foi pulando no chão e foi levando logo lá os armamentos de nós, assim, aí o doutor falou assim: “Não, para. Para que eles já estão liberados. Para que eles já estão liberados”. Aí eles foram, voltaram tudo sem graça, entrou no carro e saíram. Entrou dentro do carro e saíram, foram embora. Nós pegamos o caminhão também e veio embora para cá, para casa, não é? Aí tinha um camarada que estava mas nós lá, correu na carreira, com medo, aí ele, ele entrou na cerca de arame assim, um arame pegou nele, assim, ficava rasgando, e ele ficava: “Me solta, coronel. Me solta, coronel”, e sendo o arame que estava pegando na roupa dele, ele com medo. Aí rasgou a roupa, assim, saiu, veio embora para cá para Janaúba. Aí eles foram, pegou, nós vindo cá para cá, para cá, ele chegou e chamou nós para a delegacia. Nós viemos. Aí eles foram e queriam, aí eles foram e mandou a polícia do Exército para lá, foi a Polícia Militar, aí nós fomos, nós entramos lá com 555 polícias, 400 do Jorginho, 100 do Exército e 55 do DOPS, que era para acabar com a vida nossa, não é? Aí Deus abençoou que nós, graças a Deus nós fizemos lá uns ajeitos lá. Aí eles pegaram nós e trouxe para Janaúba, aí foi Janaúba. Com as mulheres, estavam as mulheres e que os companheiros que ficaram lá, que era para poder quebrar a cadeia para poder tirar nós, aí eles pegaram, viu que nós viemos, vinham quebrar a cadeia, aí pegou nós e botou no carro e veio embora e trazer cá para Janaúba. Quando chegou no quilômetro dezoito, aí eles foram e chegou no quilômetro dezoito, falou assim: “Ó (Trecho

Incompreensível) desgraçado, eu que quero que vocês me dá o documento da terra”, “Documento de terra? Não tem documento de terra não”, “Por que não tem documento? Vocês queriam acabar, acabar com as roças do povo. Dê cá o documento senão nós vamos matar vocês tudo aqui” Aí falou assim: “Cadê a sua?”, perguntaram: “Cadê o documento seu?”, eu fui, meti a mão no bolso, tirei a carteirinha do sindicato. Quando eu tirei a carteirinha do sindicato ele ficou olhando toda vida assim, ficou olhando, ficou olhando, falou assim, chamou as outras polícias: “Vem, vem cá, vem cá, vem cá, vem cá. Aqui, olha, você está vendo, olha. Nós somos estadual, eles são federal, eles manda no Brasil todo”. Tanto que o documento maior que existe no mundo é a igreja e o sindicato federal”. (Trecho Incompreensível). Tanto que esses dois documentos o camarada pode estar sentado no meio da estrada ou no meio da roça, ele pode chamar os companheiros dele e chegar e botar a bebida e eles ficarem ali, aquele monte de gente bebendo aí, tomando, não tem quem, polícia nenhuma pode tirar, é trabalhador rural.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Agradecemos a Seu Sula o seu depoimento. Posteriormente a comissão, os grupos de trabalho da comissão, ouvirão exaustivamente cada um desses depoimentos, cada uma dessas pessoas, para poder fazer um relatório a ser encaminhado à Comissão Nacional da Verdade. E a gente hoje só tem apenas uma pequena mostra das pessoas de poucas, alguns casos dos atingidos pela ditadura aqui no norte de Minas. Eu convido o Xacriabá Hilário para nos narrar os acontecimentos que culminaram com a morte de Rosalino, a principal liderança naquela época. Eu informo ao pessoal que está em pé, atrás, que existem cadeiras vazias aqui na frente.

HILÁRIO: (Trecho Incompreensível). Ao Deus, nosso pai (Trecho Incompreensível). Nos abençoe a terra que é sagrada para todos nós em primeiro lugar, não é? Oportunidade que a gente tem mais uma vez de estar falando um pouco sobre o nosso povo, povo Xacriabá, povo que se identifica como guerreiros, não é? Nossos antepassados que sobrevivem, não é, na margem esquerda do Rio São Francisco por já, por uma determinação dos bandeirantes, não é, que foi aos poucos, não é, se encurralando no Norte de Minas Gerais. Sofreu os primeiros golpes, não é, dos invasores, dos bandeirantes, não é? Matias Cardoso, Januária Cardoso e outros que, enfim, segundo um documento que nós temos em um registro mais antigo, não é? Desde 1827, não é? E margem esquerda do Rio São Francisco, não é, uma doação limitando aí o povo Xacriabá, não é, para que não migrasse mais ao lado direito do rio São Francisco, não é, e sim ficasse naquele meio ali, não é, entre os rios Peruaçu, rio Itacarambi, deságua ao São Francisco, não é? Mesmo assim, no

decorrer do tempo, não é? Hoje São João das Missões, que é o nosso município, e município também de Itacarambi. E naquele tempo dos primeiros evangelizadores que chegaram na região em São João das Missões hoje, que naquela época era São João dos Índios. Um arraial, um pequeno arraialzinho foi se formando, não é? Através de bandeirantes que iam chegando, não é? E ali formou o pequeno arraial São João dos Índios, não é, e se transformou depois em São João das Missões. E daí por diante, no histórico do povo Xacriabá foi alvejado por várias formas, não é, de tirar o direito, não é, de permanência daquele território, não é? Primeiro foi usar os próprios parentes, não é, segundo historiadores, não é, até usou até dos Caiapós, não é, para lutar na época, não é, para usando, não é, para que pudesse tirar o Xacriabá de linha de frente ali dos bandeirantes que ali vinha se desbravando ali mato adentro, não é? Mas a luta do povo Xacriabá ela é intensa, não é, ela é um histórico muito grande, não é, e teria que ter um dia para falar de tudo isso, não é? Mas resumidamente, não é, no decorrer, da década de 70, não é, os conflitos foram se aglutinando cada vez mais, não é? O interesse do Estado, não é, o Estado como um todo, não é? Aquele interesse de cada vez mais os índios, não é, obrigatoriamente eles achavam que tinham que ser reconhecidos aqueles lá do Amazonas, não é, lá do Mato Grosso, não é? E acabou que massacrando cada vez mais os que estão, não é, para o, aqui para o norte, nordeste, não é, ou Centro-Oeste do país, não é? Acabou sendo muito alvejado, não é, e Xacriabá um deles. Na década de 70 as invasões foram se intensificando, não é? Usando aí o poder do Estado, o INCRA, a Ruralminas, não é? Quer dizer, a Ruralminas foi centrando, não é? Aí foi acabando que fazendeiros cada vez mais foram retomando, tomando o nosso território, não é? De certa forma chegou num momento que não dava mais para trabalhar famílias individuais, não é, a gente foi procurando outra estratégia de se trabalhar, não é, em forma de mutirão para que a gente pudesse fazer o nosso trabalho sem maiores perseguições, não é? Mas mesmo assim, quando chegou em 80, que aí as decisões, foi preciso estar mais de perto, não é? Naquele tempo muito difícil, companheiros que do qual um deles, cito o nome aqui, que é Rodrigão, cacique, não é, que marcou presença nos inícios aí das buscas, não é, desse direito, dessa legalização do nosso território, desse reconhecimento. Precisou viajar muitas das vezes de pé para Brasília, não é, saindo por outros caminhos, não é, não por caminho principal, para poder chegar até Brasília para buscar os nossos direitos. Porque as terras nossas estavam sendo invadidas a cada dia, não é? E a gente ficou cada vez mais encolhida. Chegou num ponto ou a gente se juntava todo o nosso povo, e ia para o embate, ou nós iríamos ser sufocados rapidamente e apagado de uma vez, não

é? Foi aí que também veio o guerreiro, Rosalino Gomes, que do qual eu costumo falar em todos os lugares que a gente vai falar sobre essa luta, não é? O nome dessa pessoa é uma referência muito forte para todos nós porque eu sinto na energia da gente que até hoje, para qualquer enfrentamento, e nós vamos enfrentar a luta, ou até mesmo comemorações, a gente sente o espírito desses guerreiros junto com a gente. É o espírito que faz fortalecer a nossa caminhada, não é? Porque o Rosalino Gomes com a sua, o seu jeito, não é, de unir o povo ali, o povo Xacriabá para um enfrentamento de luta ele sempre se, falava no início: “Gente, eu sei que um dia eu vou morrer, e a morte que está preparada para mim não é uma morte comum, é uma emboscada que eu vou, eu posso sofrer a qualquer momento. Mas o que eu quero preparar vocês é que vocês não desistam, continuem, porque eu prefiro ser adubo dessa terra, mas sair daqui eu não vou, e nenhum de nós podemos sair”. E debaixo de um pé de árvore, não é, através do sopro do borá, ou através de uma pequena passada de conversa para o parente do lado, precisa de 200 ou 300 Xacriabás para nós fazermos guarda aqui que vai sofrer ataque, pois ali no outro dia estava todo mundo junto sem meio de comunicação nenhuma, sem celular, sem transporte, sem nada, era uma forma, e eu digo isso mais espiritual do que mesmo do comunicar verbalmente. Todo mundo estava ali reunido para esse enfrentamento. Mas infelizmente, sofrendo toda essa pressão, não é, o poder também do, até mesmo do município, na época de Itacarambi, foi se apoderando também, aproveitou do poder e começou também guerrear contra o nosso povo. E até mesmo se apossar de terras também do nosso povo, não é? Aí a luta foi mais acirrada ainda, foi aonde foi preciso a gente se organizar mais uma vez, reorganizar, para poder fazer aquele enfrentamento. Foi aonde de fato, unido, não é, ao poder de Estado, município, não é, e a própria Polícia Militar na época, não é? O uniforme da própria delegada na época, que se informava todo o plano do povo Xacriabá, disfarçado de amigos. Foi até a casa de um guia, não é, lá do Rosalino Gomes, o nosso parente, monitorou todo, mapeou todo o território, inclusive aonde ele morava, a casinha, não é, um ranchinho aonde ele morava com a sua família. E daí depois, uns três dias depois sofreu o ataque, foi a maior chacina da história do povo indígena de Minas Gerais. Que aonde morreu, foi assassinado Rosalino, o seu cunhado Manuel, o seu parente José Fiúza, e balearam também a sua esposa. Aonde os seus filhos, ainda pequenos, José Nunes de Oliveira, Domingos, e outros, saiu à noite correndo mato a dentro, não é? E também sendo alvejado de tiros, não é? Mas não pegou naquela época, não é? O Zé Nunes ainda uma criança, de oito a nove anos, foi obrigado a arrastar o corpo do seu pai para fora para certificar que realmente estava morto. Ele não aguentou

da primeira vez, na segunda vez, eles ameaçaram ele que se ele não arrastasse, não é, que ele também ia ser morto, não é? A mãe dele, já baleada, pediu para que ele tentasse mais uma vez, que Deus ia dar força. Aí lá ele voltou de novo, tornou tentar e conseguiu levar até lá, eles certificaram que estava morto. Como naquele momento ali no escuro, não é, de meia-noite em diante, foi alvejado eles entre eles mesmo, não é? Acertou também um dos dele mesmo, caiu também lá, tombou. Aí o plano deles também, naquele momento, era ir para a sede também para onde estava o cacique Rodrigão para eliminar ele também com toda a sua família, não é? Mas como os planos ali já não deu certo, já fugiu muitas pessoas naquela hora que os meninos foram fugindo, não é? Aí eles mudaram de ideia, não é? Deixaram tudo lá e foram, bateram em retirada, não é? Isso foi dia 11 de fevereiro de 87, não é, e que ficou a marca registrada nesse local que até hoje nós vamos lá nesse local como referência nossa de luta, não é, mais para uma reflexão de luta, não é? E buscar ali também forças, não é, dos nossos, a energia dos nossos antepassados para continuar na luta, não é? Porque não é fácil, quando nós formos chegar aqui e falar desse momento se ainda até hoje nós estamos enfrentando as dificuldades no decorrer da nossa caminhada, não é? Na época desse poder militar, por que hoje ainda nós estamos enfrentando dificuldade aí com esse poder que ainda hoje oferece aí para gente, não é? Por que nós, quando eu ouvi o companheiro aqui falando aqui... Quilombolas, e até citou também a mistura de indígena, eu concordo com isso, porque as nossas lutas são parecidas, o nosso contexto de luta não é diferente. Quando se junta Quilombolas, Vazanteiros, pescador, todos outros mais, nós temos um inimigo em comum, não é, que é o poder, o poder que nos sufoca de cima para baixo. A grande mídia ainda tem o poder, ainda tem o jogo de fazer nós pequenos brigar. Nós não vamos nessa onda mais não, eu acho que para nós melhorarmos nós vamos deixar um legado aqui. Legado esse que nós começamos a fazer inclusive no mutirão dos povos indígenas nós fizemos lá, não é, junto aos companheiros daí, não é, juntamos vários segmentos indígenas, Vazanteiros, Quilombolas, e fizemos um dia do índio diferente, não é? Juntamos todos para uma conversa, dialogamos, encaminhamos, fizemos uma pauta junta, enviamos para o poder do governo para a gente poder fazer uma luta conjunta, não é? Se nós não fizermos isso, os grandes, inclusive os latifúndios, não é, a bancada ruralista, que nos persegue, quer fazer de nós inimigo um do outro, para enquanto isso eles fortalecem lá em cima. Então nós temos que fazer diferente, juntar nossas forças, não lutar mais fragmentado. Que a ditadura militar parece, parece, não é, que ela terminou, vamos ter muito cuidado, se nós não lutarmos junto, fazer o diferente, nós podemos ser até uma

peça para que eles também façam de nós um instrumento para que esse, isso volte de novo. Eu vi aí numa dessas passeatas uma faixa pedindo a volta da ditadura. Então eu já penso assim: se vai usar da própria, não é, dos próprios companheiros de luta também, e essa farsa da questão da ditadura, não é? Então vamos sim fazer o diferente, nós vamos fazer diferente, é juntar nossas forças, juntas os nossos parceiros que ainda restam, não é, que arrestam, que estão do nosso lado, e vamos fazer com eles reconhecer o nosso direito de luta, o nosso direito de ir e vir, de reivindicar os nossos direitos territoriais e juntos vamos lutar. É isso que eu queria passar um pouco, obrigado.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Agradecemos ao Hilário pelo depoimento e nós passamos a palavra ao Secretário de Estado de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Bem, Dona Jacir, obrigada pela presença da senhora, que vem nos prestar um depoimento sobre as perseguições. A Darci Ribeiro e a Mari Ribeiro da Silveira.

**JACIR:** Bom dia a todos, bom dia. Eu gostaria de, nesse momento, estar aqui com meus filhos, eles é que deveriam dar esse depoimento. Mas como uns estão doentes, outros viajando, eu não podia me omitir, e muito menos dizer não a um convite do Joca. Então peço a atenção de vocês, a compreensão, e a paciência, porque eu vou contar para vocês o que aconteceu naquela época terrível, que foi um horror na nossa família. Então vou começar do princípio. É isso que vocês querem? Então, no dia 31 de março, 11 horas da noite, mais ou menos, bateram na janela do meu quarto lá no Bairro de Todos os Santos, e jogaram um papelzinho, assim: “Jacir, fale com o compadre que saia logo da cidade porque ele corre risco de vida. O golpe”, ela não falou golpe, não, sei lá o quê que ela falou, “Já começou”. Mário não estava em casa, e quando ele chegou eu falei com ele e na mesma hora ele ligou para Maurício, Doutor João Vaz Maurício, e os dois saíram, sumiram. Aí depois eu fiquei sabendo que eles foram para a fazenda de Maurício, Lagoa do Peixe, e ficaram lá. E depois é que eu fiquei sabendo que aconteceu o seguinte, o pessoal que era a favor do golpe queria pegar Mário de qualquer jeito, e pensaram logo: “Ah, deve estar com o Maurício”, porque eles eram muito amigos. Então foram. Nós o chamávamos de bate-paus, lá foram os bate-paus. Mas no meio deles foi um senhor, que na época era o diretor da escola normal, Lafaiete Espíndola de Castro. Eu estou falando o nome dele porque eu tenho uma gratidão muito grande e eu nunca pude falar isso com ele, ele já morreu. Mas então eles foram em direção à Lagoa dos Peixes, e Lafaiete, quando viu que a situação era muito ruim para o lado de Mário, falou: “Olha, eu sou solteiro, não tenho filho, não tenho nada, eles devem estar armados, não sei o

quê, não sei o quê, então eu vou na frente”. E Lafaiete foi, deixou os bate-paus lá esperando. Quando chegou lá ele viu Mário e Maurício conversando tranquilamente, não estava nem aí. Voltou e falou: “Olha, não tem ninguém, não tem ninguém mesmo”, e eles foram embora. Salvou a vida de Mário. Eu sei que no dia seguinte Mário foi embora para Belo Horizonte, levado por Maurício, com uma peruca, bigode, não sei o quê, óculos. Foi para Belo Horizonte. E ficou durante muito tempo escondido na casa da minha irmã em Belo Horizonte. Bom, nós ficamos aqui em Montes Claros, e lá em casa virou uma coisa horrorosa, que era dia e noite gente chegando, saindo, perguntando como é que é, cadê o Doutor Mário. E meu irmão ficou lá comigo dia e noite, 24 horas por dia, e ele falava: “Jacir, não se iluda, a maioria desse pessoal que está vindo aqui é por curiosidade, quer saber o quê que está acontecendo com vocês”. Apesar de que ele tinha muitos amigos. E um dos grandes amigos, mas grande mesmo, que eu não me esqueço, se chama Toninho Rebelo. Toninho, muito nosso amigo, nosso compadre, ele queria porque queria nos levar, eu e meus sete filhos para a fazenda dele, porque ele achava que nós corríamos perigo. Eu não quis, é lógico, falei: “Não, vou ficar aqui em casa mesmo”. Tudo bem, eu ia no meu irmão, e o povo chegando, chegando, chegando. E foi interessante é que Toninho achava que ia haver uma revolução e que ia faltar (Trecho Incompreensível). Então ele encheu o quarto de tudo que vocês pensarem. Mais interessante que mandou uma quantidade de gelatina enorme, porque na época Márcia, minha filha, comia gelatina, muita. E eu sei que nós ficamos mais de um ano comendo gelatina à custa do golpe. Bom, aí Mário ficou lá, nós ficamos aqui e os amigos desapareceram e algumas vezes, e uma vez eu fui fazer compra e uma senhora me cuspiu. Cuspiu, falou: “Sua comunista”. Foi a única coisa, assim, que me atingiu profundamente, eu fiquei horrorizada. Bom, Mário voltou depois de uma certa época, nós fomos pegá-lo em Bocaiuva, porque a gente tinha medo dele chegar aqui em Montes Claros e o pessoal pegá-lo, não é? Então aí as coisas caíram no dia a dia ali, as coisas passaram, ele chegou e tudo bem. Agora, o pior aconteceu no AI5. Então, desde essa época até o AI5 a vida correu normalmente lá em casa, sem problema. Alguns amigos fingiam que não viam, uma senhora que eu estava, que eu tinha feito um trabalho para educar pessoas adultas, e todo dia à noite, toda noite eu estudava com ela, ensinando, tererê, perto do Alfredo. E ela então sumiu lá de casa, encontrava comigo na rua era como se visse o demônio, sumia, nunca mais, acho que não aprendeu a ler até hoje. Mas tudo bem. Bom, eu estava falando no AI5, não é? Eu sei que uma noite eu acordei com duas baionetas assim, ó, na minha cabeça, e Mário mudando a roupa. Eu acordei assim, sem entender, ele falou: “Fica calma, Jacir, isso não é nada não. Eu vou atender um

cliente”. Falei: “Ih, bom modo de atender cliente”, não é?. Aí ele saiu e os dois que estavam armados falaram comigo: “Tem livro aqui nessa casa?”, “Tem”. Foram lá, pegaram uns quatro livros de capa vermelha e sumiram com o Mário. E na hora que Mário foi despedir de mim ele falou: “Chame Coronel Jorgino”. Bom, eu telefonei na mesma hora para o Coronel Jorgino, Jorgino Jorge, e ele foi lá para casa imediatamente, ficou a noite toda lá comigo, pediu uma mala para levar roupa de Mário e ainda me pediu desculpa pelo que tinha acontecido, porque ele achou que aquilo era uma coisa que não se podia fazer com ninguém, não é? De madrugada entrar numa casa e ainda mais armado, não é? Coronel Jorgino então levou a roupa de Mário, entregou, disse que no meio da estrada e tal, e Mário foi embora com outras pessoas. E eu sei que uma, um dos companheiros de Mário foi Doutor Clóvis, já faleceu. Mas Mário foi para lá e Jorgino falou comigo, Jorgino, desculpa, Coronel Jorgino. Falou comigo: “Olha, Jacir, acho bom você descobrir aonde é que Doutor Mário está, porque esse pessoal não está de brincadeira”. Então eu liguei para o meu cunhado, Doutor Márcio da Silva, que também já é falecido, falei: “Ô Márcio, aconteceu isso, tal”. E ele mexeu os pauzinhos dele. E sabe quem foi que descobriu o Mário? Magalhães Pinto, por incrível que pareça, que era amigo de Mário. Então ele foi descoberto lá na Avenida João Pinheiro, estava preso lá. E aí voltou para casa, e virou aquela confusão toda, perdeu os direitos políticos. E no dia seguinte que ele foi preso foi um horror, não é, para a família, inclusive aconteceu uma coisa que muito me emociona. O Último, meu filho, estudava no grupo escolar e a professora dele o levou até lá em casa. Ela estava chorando e falou: “Jacir, eu trouxe o Último, porque os colegas queriam enforcá-lo”. Eu falei: “Uai, por quê?”, “Porque perguntaram para ele assim: ‘Seu comunista, seu comunista’, “Ele falou: ‘Eu não, sou isso não’”, “É sim, seu pai é comunista. Papai falou que seu pai é comunista”, “Se meu pai é comunista eu também sou porque só pode ser uma coisa muito boa”. É. Foi assim, sabe? Nós sofremos muito, Mário perdeu a coisa que ele mais gostava no mundo, que era a diretoria da faculdade de medicina, e eu perdi muitas amigas na época, que voltaram, todos, teve as minhas amigas menos uma, que nunca mais me cumprimentou, não sei porquê, também já morreu, morreu todo mundo. Então eu... é isso que eu tenho para falar com vocês. Foi uma época muito difícil, muito difícil mesmo, sabe? Todo mundo ficava de olho na gente, os comunistas, os comunistinhas que de comunista não tinha nada. E eu queria falar também que na época que eles, que houve essa confusão toda, eles vasculharam lá em casa, subiram até lá em cima da casa para ver, que falaram que Mário tinha um mundo de armas. Lá em casa nunca teve nem faca amolada quanto mais arma. Porque Mário era a pessoa



mais pacífica do mundo, mais pacífica. Ele nunca deixou os meninos ganharem de presente uma arminha de presente. Então é assim, houve uma confusão muito grande, nós sofremos muito, muito, mas graças a Deus nós estamos aí. E foi muito bom, porque, quer dizer, absurdo o que eu vou falar, mas que de vez em quando fala: “Ô, Jacir, e a revolução?”, Eu falo: “O golpe? Foi ótimo, porque meus meninos tiveram um outro enfoque da realidade”. E quando nós fomos para buscar Darci, Berta e tal, nós conhecemos gente muito boa, Niemayer, todo mundo, e o golpe abriu a cabeça dos meus filhos, que hoje são homens maravilhosos, que eu me orgulho muito. Eu estou aqui para responder qualquer pergunta. Obrigada, hein?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Passo a palavra a Nilmário, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, a quem agradecemos ter aceito o convite de estar aqui presente.

**NILMÁRIO MIRANDA:** Bom dia a todos e a todas. Agradecer o convite, também admirado de ver várias gerações aqui, não é? Ouvi com muita atenção também as pessoas que prestaram depoimento, Sula, Hilário, Mauro, e agora a Dona Jaci. Dizer também que o José Francisco, que está comigo, ele vai permanecer aí, não é, vai ter que voltar. Por isso que eu pedi para falar agora, mas foi importante ter ouvido também o depoimento das pessoas. Eu vou ter que, eu tinha comprometido vir, mas hoje tem o ato nacional para dizer não ao golpe e ao retrocesso dos direitos sociais. Eu tenho que participar em Belo Horizonte. Se tivesse ato em Montes Claros eu ficaria, mas houve uma decisão de fortalecer o ato em Belo Horizonte, as pessoas foram daqui para lá, então tenho que voltar, por isso que eu pedi para falar agora. Gostaria de ouvir muito mais depoimentos, mas acho que é importante também a gente deixar claro que nós não vamos aceitar nem golpe nem retrocesso. É deixar, ontem tivemos um outro dia triste, lamentável, não é, no Congresso Nacional, uma aprovação em segundo turno de um projeto que reduz a maioria penal. Eu sou absolutamente contrário, eles estão enganando o povo brasileiro como se isso fosse importante para a segurança pública, a gente sabe que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Isso não está isolado também, não é. A redução da maioria vem junto com a 4330, que terceiriza atividades fins, que é um golpe nas conquistas e na luta da classe trabalhadora. Vem junto com a PEC 215, que é um assalto também, é voltar aquilo tudo que Hilário falou aqui, voltar aquela ideia que indígenas são inimigos, tem que tomar terra. Desconhecendo o seu papel da formação do povo brasileiro, mas não é uma coisa isolada. Então a gente tem que dar essa resposta mesmo. Eu, também... por que o... quem que, muita gente aqui não me conhece, os mais jovens, sobretudo, mas eu tive uma participação muito grande nessas últimas décadas, os últimos

50 anos, digamos assim. E eu sou de Teófilo Otoni, e lá também passou muito o que passou aqui em Montes Claros, não é? Eu me vinculei aos movimentos sociais, à esquerda em mais ou menos 62, um momento que Teófilo Otoni estava passando pelo que o Brasil inteiro passou, o engajamento da juventude nas lutas pelas reformas, não é, de base. E eu participei daqueles movimentos quando era adolescente, com o golpe, o grupo de estudantes, de pessoas ligadas à igreja católica estavam engajados nas reformas de base, foi perseguido, houve muitas prisões, teve 74 prisões em Teófilo Otoni em poucos dias posterior ao golpe. Inclusive atingiu um pouco a minha família, o meu pai era ligado ao partido comunista, foi preso, levado a Valadares. Meu irmão mais velho teve que ficar refugiado um período, não é? Saí de Teófilo Otoni e nós saímos no fim de 64, e fui para Belo Horizonte para participar da resistência. E aí eu ingressei num grupo chamado POLOPE, eu era simpatizante da P, fui para a POLOPE, no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, onde militava também na POLOPE a Dilma Rousseff, no ano seguinte o Fernando Pimentel, atual governador, um grupo de, tinham vários grupos, não é? Foi nesse. Depois esse grupo resolveu formar um partido, tentar formar um partido chamado Partido Operário Comunista – POC. Aí eu vim a Montes Claros em 68, clandestinamente, me reuni na casa do avô da Débora, não é, na casa do Porfírio. Eu só lembro dele e do Davi, não é, que era um dentista prático, não é, que era um, tinha um, militaram com a gente na POLOPE, no POC, e depois ele tinha sido do velho Partido Comunista, mas ele, não é, aderiu ao POC. E depois, 69, teve a prisão dele, eu, mas eu fiquei na POLOPE, 68 eu tive a primeira prisão no DOPS, onde é hoje o DEOESP, fiquei lá uns 42 dias, fui solto, tinha habeas corpus ainda, foi antes do AI5, mas abriu um processo da lei de segurança nacional. Quando veio o Ato Institucional em dezembro de 68, e nós que éramos da esquerda e da resistência à ditadura, a gente tinha que fazer uma opção: ou ia para o exílio, ou ia para a clandestinidade, ou ficava ali esperando ser preso, não é, porque a gente percebeu que a partir do AI5 as prisões iam ser em massa, praticamente institucionalizou a tortura no país e a prisão, não é, o AI5 permitia que uma pessoa fosse presa por dez dias sem ser apresentado para nenhum juiz, ou seja, praticamente legalizou a tortura, não é? Eu optei pela clandestinidade, passei quatro anos e meio na clandestinidade, fui para vários lugares, a gente mudava muito para fugir. Cada vez que era preso, às vezes tinha que fugir daquele lugar e ir para outro lugar. Sempre fazendo trabalho possível na resistência. Aí em 72 fui preso novamente, aí eu já estava com condenações à revelia, eu cheguei a ser condenado em 6 anos e 4 meses de prisão em quatro processos consecutivos, dois deles antes de ser preso e dois depois de ser preso, e cumpri 3 anos

e meio de prisão, naquele período até... 72 a 75. Eu queria fazer uma breve fala, uma fala aqui, tem muitos jovens, dirigido especialmente aos jovens, por que 61 é referência? Estou deixando ali aquele livrão, deixa eu pegar. Esse livro chama: Direito à memória e à verdade. Foi feito pela comissão especial dos mortos e desaparecidos políticos, e foi publicado em 2007, é um livro do Estado brasileiro. E que relata os mortos e desaparecidos em razão da ditadura, a perseguição política. Vou deixar com a comissão. E 61 é referência para os mortos e desaparecidos, para a comissão da anistia, criada em 91, e para todos projetos reparadores, esse aí dos mortos foi em 79, 95, 2001. Todos estabelecem 91 um ponto de partida para a reparação. Por que, se o golpe foi de 64? E na verdade o golpe começou em 61, não é? Tinha havido a renúncia do Jânio Quadros, oito meses de governo, de presidente. Provavelmente tudo, todas as interpretações históricas dizem que ele queria renunciar para depois voltar nos braços do povo, instaurar um regime autoritário e governar sem o congresso, se sobrepondo à justiça. Que na literatura política a gente chama de bonapartismo, um golpe bonapartista. Não deu certo, o povo não apoiou, e o quê que dizia a constituição? Assumiria o vice, naquela época o vice era eleito separado do presidente da república, e o vice era o João Goulart, era vinculado na outra tradição, não a tradição do Jânio Quadros. Mas na época chamava ministros, os militares, hoje não são mais ministros, tem o Ministério da Defesa. Os três Ministros Militares, da Marinha, Aeronáutica e do Exército declararam um golpe. Claro que o João Goulart não assumiria, ele estava em missão oficial na China, representando o Brasil, estava voltando para o Brasil, os militares disseram: “Se o avião que conduz o João Goulart, vice-presidente, deveria ser empossado como presidente pela lei, pela constituição, se entrasse no espaço aéreo nacional o avião seria abatido, não é?”. Foi o comunicado deles. Mas tinha um amigo do Darcy Ribeiro, do Mário Ribeiro, que era um gigante no Brasil, chamado Leonel de Moura Brizola. Ele era governador do Rio Grande do Sul, e ele falou: “Olha, o presidente constitucional vai descer aqui na base aérea de Canoas”, ele teve o apoio do terceiro exército, cercou o palácio Guaíba, a rádio Guaíba, que era a rádio, jogou para falar para o país inteiro, criou a rede da legalidade e estimulou a reação que houve, reação dos sindicatos, estava sendo constituído o Comando Geral dos Trabalhadores para unificar a luta dos trabalhadores. Existia a UNE que era muito operante desde já, é até hoje, mas já era. Aí greve de trabalhadores, greve no transporte, os movimentos, os estudantes, os nacionalistas, as esquerdas, todos se mobilizaram e impediram o golpe. Mas acabou havendo uma solução conciliadora, o congresso, que tinha a maioria conservadora, fez a emenda parlamentarista, é um casuísmo: “Nós

vamos dar posse ao João Goulart, mas ele não terá poder, ele vai ser uma espécie de rainha da Inglaterra”. Mas ficou marcado um plebiscito para (Trecho Incompreensível) entre o parlamentarismo ou não. Em janeiro de 63. E aí houve uma mobilização popular e o plebiscito pelo não, o não ganhou disparado. E o não estava associado a uma proposta de reformas de base, o João Goulart, quando defendeu o não, todos que o apoiaram... para nós ele quer assumir a presidência de fato para reforma agrária, que é uma reforma urbana para cumprir a função social da propriedade. O Darcy Ribeiro e o Anísio Teixeira tinham fundado a Universidade de Brasília, que era para ser uma universidade completamente diferente, voltada para a realidade do nacional. Não a universidade que copiava a universidade francesa ou americana, que eram as duas opções do Brasil. E a universidade latino-americana, brasileira, ele propunha uma reforma para que as pessoas tivessem acesso à universidade, mas só veio a conseguir meio século depois, não é? Ele já plantava isso aí. A defesa da Petrobrás, sempre a Petrobrás esteve no centro da disputa, nas disputas brasileiras, não é? O petróleo, o petróleo era uma commodities chave no mundo, não é, quem tem petróleo pode ter autonomia, quem não tem fica à mercê. E de reformas também, teve uma remessa dos lucros para, e as empresas que investiam no Brasil, empresas estrangeiras, aplicasse parte dos lucros no país, não levasse... enfim, tinha uma plataforma das reformas de base. E também enfrentar o coronelismo, não é, como nós vimos relatos aqui do Sula, do Mauro e do Hilário, Xacriabá. Mas aí de fato começou uma luta pelas reformas, mas em 64 veio o golpe militar. Veio para impedir as reformas, importante que diga isso. Porque senão a gente não vai entender porque que nós estamos falando de direito à memória e à verdade, anistia, reparação aos perseguidos da época. Reparação moral, histórica, não é? E quem não conhece a história está condenado a repeti-la, repetir os erros. Por isso que você vê jovens falando “volta da ditadura”, eles não sabem o quê que foi uma ditadura, não é? O quê que causa, os males que causa. Porque vocês viram uma pequena mostra, muitos já sabem, não é? Porque aqui são pessoas de formação democrática, de libertária, não é? Mas vocês viram uma pequena amostra do quê que é uma ditadura, como é que funciona, não é? Na prática. Então é importante dizer isso, que a referência é 61, que lá que começou o golpe, ali já teve ações, perseguições, prisões, em decorrência da tentativa de golpe ou na preparação do golpe que acabou acontecendo em 64. 64 pegou, quem que pegou? Quais que eram os inimigos do golpismo, dos golpistas? Os sindicatos dos trabalhadores, que durante o período da ditadura teve arrocho salarial, jornadas exaustivas, salários sob controle, a chamada superexploração do trabalho. Para ter a superexploração é

importante que os sindicatos não tenham liberdade de agir, não é? Foi implantado o novo tipo de universidade privada, voltada para as elites, então era importante também combater os estudantes que defendiam as reformas educacionais para abrir, para mudar o ensino, universalizar o direito à educação para todos, inclusive da universidade. E os militares nacionalistas, que para, a hegemonia do grupo golpista, 11 mil militares foram afastados das Forças Armadas, três armas. Muitos, alguns foram mortos, muitos foram presos, reformados, muitos não se dizia exatamente o motivo da aposentadoria compulsória, não é? Então no início foram políticos, não é, como o Darci Ribeiro, foi obrigado a ir para o exílio, ele e milhares de pessoas, não é? Os sindicatos sofreram intervenção, 1.300 sindicatos sofreram intervenção. Diretorias eleitas foram afastadas e foram indicados interventores para os sindicatos ficarem sob controle da ditadura. A sede a UNE foi incendiada no dia do golpe no Rio de Janeiro, e as entidades estudantis, todas postas na ilegalidade. Tinha um, chamava Suplicy de Lacerda, não tem nada a ver com esse Suplicy não que é gente boa, que era um cara da ditadura que falou que só podia criar entidades estudantis domesticadas, pelegas, não tivesse nenhum compromisso com a luta real, os interesses reais dos estudantes. Então inicialmente, assim, de 64 a 68, foram os sindicatos, os sindicalistas, os políticos nacionalistas, de esquerda, comunistas que tinham vínculos com as reformas, os militares, para ter a hegemonia do grupo golpista, do grupo pró-americano. Que eram grupos alinhados, da escola das Américas, aquela escola superior de guerra que tinha uma formação vinculada à casa das Américas, que era um centro de formação de golpistas nos Estados Unidos, no Panamá e nos Estados Unidos. E aí o... mas o povo brasileiro sempre resistiu, desde o primeiro dia. Já tem mortes no dia do golpe, várias mortes, de estudantes e outras pessoas que foram para as ruas, já tem várias mortes aí, está tudo relatado nesse livro aqui, uma por uma, não é? E aí os estudantes foram à luta, os militares, tanto foram os militares nacionalistas democráticos e os que diante de 64 está no exílio ou presos, não é? Estudantes é que assumiram, os jovens é que assumiram a luta. Aí vem toda uma resistência e repressão, assim, e eles vão constituindo organizações políticas, organizações sociais para enfrentar a ditadura ao longo desses anos. E 68 a própria classe operária ensaiou uma reação, fez duas greves livres em Contagem e em Osasco, não é? E como os camponeses, que tinham criado as ligas camponesas antes de 64, no tempo também vítima de ferozes perseguições, também foram fortemente reprimidos, a história está contada nesse livro também dos, das vítimas, não é, de camponeses. E em 68 chegou a ter uma passeata de 100 mil pessoas naquela época, responde a 500 mil hoje, não é, contra a ditadura, com artistas, intelectuais,

jornalistas, escritores, estudantes, as mulheres, não é, que se engajaram muito nessa luta, sempre foram muito participantes da luta contra a ditadura. E aí veio a queda de Ibiúna, prenderam quase 800 estudantes que estavam fazendo um congresso da UNE em Ibiúna. Foi um forte golpe na resistência à ditadura. E quando veio em dezembro de 68 o AI5, o Ato Institucional Número 5. Aí o período que a gente chamava de “Terror do Estado”, foi do Estado que o, tudo é proibido, censura, cai o habeas corpus para os crimes políticos. Dá-se dez dias para qualquer pessoa que, qualquer órgão repressivo que prendesse um membro da resistência pudesse torturá-lo por um período, no mínimo dez dias. Na verdade fica muito mais de dez dias, as torturas se prolongavam durante muito mais tempo. Então o quê que nós temos nesse período? Uma parte da esquerda vai para a luta armada, vai uma parte bastante expressiva, estudantes, operários e militantes antigos constituíram organizações de luta armada, e uma parte permaneceu na luta não armada. Também sofrendo mesma repressão, mas não, não optaram pelo caminho armado. E aí foi essa repressão, generalizou-se, peguei algumas contas, assim, só para vocês terem uma ideia, a gente calcula que houve 150 mil detenções e prisões. Porque foi relatado aqui do Mauro, não é, do Nego e de outros, muitos não chegaram ao DOPS, não chegaram ao processo, no caso dele chegou. Mas muitos eram presos e soltos, não é? O caso de Teófilo Otoni, dos 74 que foram presos logo depois do golpe, inclusive meu pai, só três que chegaram ao estágio de processos, justiça militar, lei de segurança, condenações, da maioria não ficou registro nenhum, não é? Mesmo quando a gente fala de 150 mil prisões, é importante saber quem foi, o nome das pessoas, história de cada um, como que é a vida dessas pessoas foi mal baratada, não é, por essa repressão. Calcula-se que 15 mil pessoas buscaram o exílio, não é, para se proteger da repressão, só voltaram após a anistia, alguns voltaram um pouco antes, poucos. Dos 707 processos que chegaram ao STM, Superior Tribunal Militar, tinha 10 mil atingidos por esse processo. Teve, após o AI5 teve quatro condenados à morte, não foi aplicada a pena de morte, mas foram condenados à morte. Na verdade eles matavam muita gente sem processo, sem o devido processo, não é? Maior desaparecimento. Houve 130 banidos, pessoas participaram, que foram libertados por sequestros, de dignitários estrangeiros, trocados por pessoas para libertar da tortura. Eles todos perdiam a nacionalidade brasileira, cancelava o passaporte, como se perdesse a nacionalidade, eram banidos. Houve 4.862 mandatos cassados, pessoas eram eleitas e tinham o mandato cassado. Deputado, senador, governador, prefeito, vereador. Houve 245 estudantes que perderam o direito de estudar em universidades públicas pelo decreto 477. E houve 11, eu falei 11 mil militares desligados das

Forças Armadas por razões políticas. Mas falei, esses são os números conhecidos, o problema são os números desconhecidos, a verdadeira extensão da ditadura. Mas eu disse, teve uma fase, que foi de 64 a 68, outra que veio o AI5, período duro mesmo, terror de Estado, foi até 74. Depois no período 74 a 79, que é um período, assim, começa a abertura, mas foi um período que teve mais desaparecimentos também, não parou de haver morte e desaparecimento, não é? E em 74 a ditadura fez um, procurou, assim, puxar um pouquinho de puxão de pressão para poder continuar exercendo a ditadura sem aquela tensão que estava. Inclusive do exterior, as prisões cheias, não é? E aí nessa eleição foi surpreendente, quando o povo teve chance de votar, tinha 21 senadores naquela época, não é, tinham os territórios, não tinham os senadores. Em 16 Estados, dos 21 Estados, os senadores eleitos eram de oposição à ditadura, uma derrota da Arena. O MDB teve uma vitória expressiva. Aí em 77 eles fecharam o congresso e editaram o pacote abril, criaram 21 senadores biônicos e fizeram regras eleitorais, muitas delas vigentes até hoje, de modo que mesmo que o MDB tivesse a maioria dos votos em 78, como teve, teria a minoria no congresso, não é? Ou seja, dava regras eleitorais manipuladas para mesmo com menos votos à Arena. Uma das razões disso era impedir a anistia, que já tinha já a luta pela anistia, as mulheres tinham começado em 75, depois criou o Comitê Brasileiro Pela Anistia. Virou movimento nacional, tinha hino, os artistas, tinha, virou uma luta nacional mesmo. A primeira etapa da democracia seria conquistar a anistia, todos que foram perseguidos pela ditadura poderem voltar à vida normal e participar da política e tudo mais, voltar do exterior, sair das prisões. Então em 79 teve anistia, mas sob controle, com senadores biônicos, com deputados eleitos sob o signo do casuísmo no pacote de abril. Mesmo assim, quase passa a anistia ampla, geral e irrestrita, que era a luta do povo brasileiro. Por apenas oito votos, apesar de todo o controle da maioria da Arena, uma parte da Arena votou pela anistia, tão forte era a pressão. Mas como nós, como perdeu o projeto da anistia ampla, geral e irrestrita, passou a anistia, foi importante. Com ela pessoas como Darci Ribeiro puderam voltar ao país. Mas o objetivo maior da anistia sob controle era a autoanistia, ela embutiu o não julgamento de quem torturou, matou, fez corrupção, censurou a imprensa, e impediu o desenvolvimento econômico e social e político cultural do país no período da ditadura, ficaram imunes a qualquer julgamento com a anistia de 79. Mas ela foi importante, aí continuou a luta, e a anistia também não reconheceu mortos e desaparecidos políticos, aquele livro relata 479 casos de, são 165 desaparecidos, e os outros são mortos oficiais, não é, que foram apurados pelo Estado brasileiro naquele período. Isso era, era proibido falar sobre isso, porque não

se falava, é como se não tivesse existido. Porque se falasse, se adotasse alguma coisa sobre mortos e desaparecidos... quem que matou? Onde morreram? Em que circunstâncias morreram? E o quê que vai acontecer com quem os matou sob tortura ou execuções sumárias de opositores já rendidos pelo Estado. Entendeu, João? Então essa luta continuou, e aí em 95 saiu essa lei, que deu origem a esse livro, Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos. O Estado reconheceu a responsabilidade objetiva, não criminal. O Estado brasileiro, já democratizado, reconhece que houve mortos e desaparecidos, vítima do Estado, no momento da ditadura. Dá-lhe indenização, mas não procura responsabilizar quem os matou, quem fez desaparecer. Crimes contra a humanidade, crimes terríveis considerados pela normativa mundial como crimes inafiançáveis, imprescritíveis, não é? Enfim. Mas foi um passo adiante, o Estado, a história dos desaparecidos vem à tona. O que vocês ouviram aqui, isso é fundamental, não tem processo de sair da ditadura sem dar voz às vítimas, não é? Isso é essencial, dar voz às vítimas, as pessoas poderem falar como a Débora, como o Sula, como o Hilário, como Dona Jaci, como o Valdir, não é, como falaram aqui esses companheiros. Aí depois, mas isso era, os mortos e desaparecidos, quando foi 2001 foi aprovado uma lei da anistia que era para todos que foram desligados do trabalho em razão, ou do exército, ou da universidade ou do setor privado, em razão de perseguição política. E aí tem mais de 70 mil processos, Madureira, de pessoas requererem seus casos, não é, de pessoas que sobreviveram, porém sofreram prejuízo em sua vida profissional, sua vida pessoal, sua vida familiar, sua relação comunitária, suas carreiras foram interrompidas, não é? Aí, mas nós vimos que era insuficiente também, era importante conhecer a verdade do povo brasileiro. Aí em 2012 foi criada a Comissão Nacional da Verdade, como política de Estado, reconhecendo que o direito à verdade e o direito à memória é um direito inalienável, é um direito de garantia tão grande quanto os outros, quanto votar e ser votado, como ter direito à comunicação, como ter direito ao trabalho decente, um ambiente sadio. Enfim, tudo isso, a memória também é importante. Onde não tem memória tem isso que a gente vê aí, juventude pedindo volta da ditadura, juventude pedindo volta do passado, juventude defendendo privilégios, defendendo latifúndio, defendendo retrocesso de direitos sociais. Então é preciso ter a memória, ter a discussão da memória e da busca da verdade, por contraditório que seja. E por processos públicos transparentes, como ditadura nunca fez, não é? Então a partir da Comissão da Verdade foi criado quase 100 comissões da verdade estaduais ou municipais, no legislativo, no executivo, nas universidades, nas centrais sindicais ou por movimentos, criavam Comitês de Memória Verdade e Justiça, não é? Os movimentos de memória



e verdade buscam a memória, os de memória e verdade e justiça buscam a revogação da anistia para torturadores, do esquecimento de quem torturou e matou em nome, na época em nome do Estado brasileiro na época da ditadura. Então é importante, eu sou favorável à revisão da anistia, eu acho que deve ser revogada aquela lei que permitiu que não houvesse responsabilização. Era importante, mesmo que se tenha morrido, que seja levado a julgamento e depois arquivado, já se morreu. E quem estiver vivo que responda pelo que fez durante a ditadura, pelas lesões aos direitos de tanta gente, por tudo que, todo prejuízo que trouxe à nossa história. Então celebro com muita alegria a constituição dessa comissão, Joba, e demais companheiros que estão articulando isso, inclusive jovens, não é? Não é só parente, isso é importante, que uma coisa, os parentes, fundamental, todo parente é leal, é fiel. Se não fossem os parentes das pessoas, não haveria essa luta, não teria preservado a memória, nem teria havido os avanços que houve. Mas hoje eu vejo uma coisa extraordinária, eu vejo pessoas que não têm nenhum parente que foi vítima de qualquer tipo de perseguição. Quando eles levantam a tese da Memória, Verdade e Justiça, é em defesa do Brasil, não é em defesa da memória de suas famílias, que é fundamental, é em defesa da democracia, em defesa... é por ver que sem democracia não há avanço social real, sem participação popular, sem democracia direta e participativa, não é? E tudo isso envolve, tudo está entranhado com o direito à memória e à verdade. Eu queria parabenizar a todos os companheiros, vão ficar aqui, o José Francisco vai ficar aí participando, não é, que ele é da, secretário adjunto, é chefe de gabinete da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania. E a companheira Helena, que é da Comissão Estadual da Verdade. Ela vem trabalhando há muito tempo, reuniu uma experiência grande, vai poder ajudá-los a fazer como constituir o trabalho para recuperar essa história. Pelo que foi falado aqui, exceto o caso do Mauro e do Mário Ribeiro e do Porfílio, é para o caso lá dos indígenas, dos Xacriabá e o caso de Cachoeirinha, são casos que aconteceram aos montes durante a ditadura, aos montes. Mesmo que tenha sido praticado pelo Estado, diretamente, não é? Não foi o Estado. Mas a ditadura para proteger aquilo, proteger a expropriação das terras indígenas, a expulsão os posseiros, um modelo concentrador da terra, da riqueza, do conhecimento, do saber, não é? Nas mãos de uma elite, não é, que é um pessoal que nunca aceitou a abolição da escravidão, a velha Casa Grande que nunca, nunca dorme, nunca descansa, está sempre querendo voltar com seus privilégios e sua dominação. Então... mas não importa, eu acho que a verdade tem que ser buscada. Quando o Estado age diretamente ou quando os conflitos vêm de jagunços, de coronéis, de... inclusive mostrar também quantas vezes a

Polícia Militar, naquele período, foi colocada a serviço das elites, e não a serviço da cidadania. Numa democracia a polícia é de todos, o direito de segurança é de todos, eles têm que proteger o cidadão, não é proteger privilégios nem proteger elites dominadoras, opressoras. Então parabéns a todos aqui, a Montes Claros, ao norte de Minas, (Trecho Incompreensível) é mais um passo importante na luta pela consolidação da democracia. E viva Minas Gerais, viva o Brasil.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, secretário.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Não à tortura e a impunidade, pelo direito da memória e da verdade. Não à tortura e a impunidade, pelo direito da memória e da verdade. Não à tortura e a impunidade, pelo direito da memória e da verdade.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero registrar a presença do superintendente estadual de ensino, professor José Gomes, e o inspetor da superintendência, Fábio Fernandes. Gostaria de, há cadeiras aqui na frente que podem ser ocupadas, e também as cadeiras aqui nas laterais da mesa. Se alguém quiser se deslocar para cá esteja à vontade. Dando prosseguimento aos nossos depoimentos, chamo a Dira e Clara.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Bom dia a todos e todas presentes, e especialmente àqueles homens, mulheres, jovens, principalmente, que estão aqui, que vieram aqui no dia de hoje em busca de realmente uma compreensão maior sobre o quê que representou o período do gerenciamento militar no nosso país. Porque como foi dito pela Débora, nós, da Liga dos Camponeses Pobres, entendemos que esse debate sobre os crimes cometidos no período do regime militar, não são simplesmente um fato histórico. Isso move em nós, dirigentes do movimento camponês no nosso país e aqui no norte de Minas, e no Sul da Bahia em particular, nos move muito ódio com relação a tudo que aconteceu, desde o período do golpe militar de 64 e que segue acontecendo nos dias de hoje. E eu digo isso porque foi relatado aqui pelo secretário de direitos humanos os antecedentes do golpe militar de 64, que era o fato de existir uma luta popular acirrada no nosso país diante de uma crise econômica tanto na cidade como particularmente no campo, no norte do país, que desde a década de 50 acontecia a luta organizada pela Liga dos Camponeses no engenho da Galileia. No Sul do país, na região de Porecatu, no Paraná, que os camponeses lutavam pelo direito à terra. Na região do Centro-Oeste do nosso país, em Trombas e Formoso, em que camponeses resistiam pelo direito à terra. E essa luta ela ameaçava os latifundiários, que faziam e fazem parte do Estado brasileiro. Porque dizemos que essa situação

de 64 é semelhante a essa situação de hoje, eu afirmo para todos os que estão aqui presentes e convoco que todos se perguntem, porque aquilo que em 64 fez com que existisse o golpe militar foi uma possibilidade real de que as reformas reivindicadas pelos trabalhadores e pelo campesinato fosse atendida pelo governo do Jango. E hoje, o que nós vivemos no nosso país não é isso, os treze anos do gerenciamento do PT particularmente no nosso país não tem representado o atendimento às reivindicações mais sentidas do campesinato, que é a reforma agrária. Porque nós ouvimos aqui o depoimento do Seu Sula sobre a história de Cachoeirinha e muita gente conhece o massacre perpetrado pelo Coronel Georgino, que matou sim lideranças camponesas que resistiram em 67, em que morreram mais de 60 crianças de fome, de frio e de sarampo, porque os seus pais estavam escoraçados das suas terras. E essas terras, que em 67 foram tomadas pelos coronéis, foram legitimadas por esse Estado, seguem legitimadas nas mãos do latifúndio dos coronéis nos dias de hoje. Apoiado sim pelo PT, pela Dilma, pelo Lula e por todos aqueles que de fato lutaram contra o regime militar, e hoje cinicamente dizem que está acontecendo uma luta, uma ameaça de golpe. O que nós vivemos, como foi dito aqui pelo companheiro Xacriabá, é uma farsa de democracia, é dito que a ditadura acabou, que os crimes do regime militar deixaram de ser cometidos. Mas isso não é verdade, nós estamos aqui com esse banner, são homens e mulheres que foram assassinados por lutar pelo direito à terra, que foram assassinados porque foram em público participar de uma reunião chamada de Reunião da Comissão Paz no Campo, que é presidida pelo Senhor Gersino Filho, ouvidor agrário nacional, que presta contas diretamente à Presidência da República, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Hoje presidido pelo Patrus do PT. E esse Gersino, que é o presidente da Comissão Paz no Campo, todos os que vão lá e que denunciam e que colocam o dedo na ferida, logo depois eles são ameaçados, são perseguidos e são assassinados. Como aconteceu aqui no norte de Minas com o nosso companheiro Cleomar Rodrigues, que está aqui a companheira Dira, esposa dele, lutadora da luta pela terra, dirigente do Movimento Camponês, que acompanhou e viveu tudo isso com eles. E eu estou dizendo isso aqui hoje, companheiros e companheiras, porque o que nós vivemos no nosso país segue sendo o mesmo regime que nós vivíamos, a mesma ditadura. Ainda que hoje exista toda essa fachada de democracia, de que tem direito à eleição, agora é sim a ditadura dos ricos e poderosos, é a ditadura do latifúndio, é a ditadura dos banqueiros, é a ditadura dos interesses do imperialismo, daqueles que expulsaram os Xacriabás da terra na década de 60, de 70, de 80 e até hoje o povo Xacriabá não tem a sua terra reconhecida. Agora, no dia 1º de maio desse ano, cinquenta anos

depois do golpe militar, com todo esse discurso de democracia, teve um companheiro, uma liderança indígena, assassinado, dos Tupinambás de Olivença. Foi assassinado, foi perseguido, foi morto diante da sua esposa, dos seus filhos. A sua esposa com o filho nos braços, um bebê, recebeu um tiro na perna, os seus filhos jovens, adolescentes, tiveram que sair correndo pelo meio do mato, assim como foi relatado por companheiros e companheiras que me antecederam aqui relatando crimes do período do gerenciamento militar. E eu não estou falando de coisas que aconteceram lá atrás não, são coisas que estão acontecendo aqui hoje diante de nós. No dia 1º de maio desse ano uma liderança camponesa de Rondônia foi assassinado numa emboscada semelhante a vários outros relatos que foram feitos aqui. E esse companheiro foi assassinado porque ele representa camponeses que estão lutando pelo direito deles a permanecer nas terras que eles moravam e que eles viviam e da qual eles foram expulsos para criação de uma reserva ambiental, e os camponeses ficaram sem o direito de ter a sua terra. E esse companheiro foi assassinado. E muita gente pode dizer assim: “Ah, não, mas hoje nós temos direito de falar, hoje as coisas saem na imprensa, hoje as coisas são públicas”. Mentira, companheiros, porque aquilo que nós vivemos no campo não sai na imprensa não, pode procurar cada um e cada uma que está aqui, que participa da luta pela terra, que é perseguido, que é criminalizado, que é condenado e que é assassinado, e isso é escondido e é acobertado sim da mesma forma que era no período chamado de ditadura militar, que era o regime dos militares e hoje é a ditadura sim da burguesia e do latifúndio que segue nos explorando e nos oprimindo. Por isso que nós afirmamos, companheiros, que é necessário, nós não podemos nem perdoar nem esquecer e nem conciliar e dizer que existe uma comissão da verdade para esclarecer os fatos, mas que ninguém é punido. Segue se defendendo aqueles que torturaram e que assassinaram. O Coronel Jorgino matou sim, assassinou sim. Existem camponeses hoje que estão em Janaúba, numa área chamada Treckbel, PA Jacaré Grande, que tiveram um filho, um bebê recém-nascido, assassinado pelo próprio Coronel Jorgino, que pegou a criança que chorava ali em Cachoeirinha e bateu com a cabeça dele num pau para que ele morresse e parasse de chorar. Isso é gente concreta, de carne e osso, da mesma forma que nós, companheiros. E por isso que nós afirmamos, companheiros, que é necessário que nós nos organizemos sim, aquilo que o companheiro Xacriabá falou, porque só a classe dos trabalhadores, dos oprimidos, daqueles que são explorados e oprimidos que realmente podem fazer justiça e podem honrar o sangue derramado pelas lideranças do povo que foram perseguidas e assassinadas. Porque quando nós tratamos disso, aqui no norte de Minas e em todo

interior do país, o que tem de mais grave que nós temos que compreender é o quê? O maior crime do regime militar aqui foi contra todos os camponeses expulsos das suas terras, tendo as suas terras entregues nas mãos dos latifundiários, defendido por esse Estado. E hoje esses camponeses, estando lutando pela terra, seguem sendo perseguidos, criminalizados, e como foi dito pelo companheiro, tentam nos dividir. Um é Vazanteiro, o outro é geraizeiro, o outro é pesqueiro, o outro é Quilombola, o outro é isso e aquilo, agora são todos camponeses que enfrentam um inimigo comum, que é o latifúndio organizado nesse Estado, sustentado por essas eleições que são apresentadas como democracia, e que na verdade são uma traição a todos os ideais do povo brasileiro, são uma negação a todo sangue derramado pelo povo brasileiro que resistiu ao regime militar e que segue resistindo até hoje. Nós afirmamos que não passarão os crimes do regime militar e que devemos ser nós o povo organizado que realmente siga a diante para fazer as transformações necessárias no nosso país. Obrigada. Vou passar a palavra para a companheira.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Gente, primeiramente eu quero agradecer a Deus, não é, por eu estar aqui hoje, não é? Cada dia da minha vida eu agradeço a força que Deus tem me dado para seguir os meus passos. Quero dizer para os companheiros que muita gente fala, e que acabou o regime militar, e eu, sinceramente, eu falo para os companheiros, eu gostaria que o representante dos direitos humanos não tivesse saído agora, que ouvisse pelo menos a minha fala antes dele sair, que alguém relata, que passa para ele para mim, por favor.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: O chefe do gabinete dele está presente e relatará.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Porque eu tenho uma denúncia muito séria essa que eu vou falar. A gente vive, a minha família vive isso que aconteceu no regime militar naquele tempo, está vivendo hoje, companheiros, a gente está vivendo isso, sofrendo com isso. Por quê? Porque quando deu 2010, que foi Lara, com Deus Venceremos, Pedra de Maria da Cruz, aonde é a área que a gente mora, área do movimento da Liga dos Camponeses. Teve uma denúncia da Missão das Estradas, a promotora de Januária, a Daniela, apanhou os dois fazendeiros, vizinhos, eram fechadas as estradas, acesso a nós, e foi diretamente aonde tinha queimado uns barracos que era de pescadores. E fez uma denúncia de frente o meu marido, e o próprio dono da fazenda, um dos donos da fazenda. Quando fez aquela denúncia ali de frente ele mesmo falou assim, o Doutor Antony que diz que é um médico aqui em Belo Horizonte, ele falou: “Eu fiz bens que não tinha

ninguém, só tinha os pertences deles, nós apanhamos e queimamos, não tinha ninguém dentro”. O pai de família é um homem, uma mulher e três filhos, quer dizer que no caso dele tivesse tinha queimado todo mundo. Meu marido virou para a promotora na vista dele e falou assim: “Doutora, se fosse eu, Cleomar, pobre, eu ia sair daqui de mão vazia ou ia sair algemado?”, ela calou a boca, não disse nada, mas falou assim para ele depois: “Vai lá que a gente conversa”. Dias depois eu fui lá com o meu esposo, tem gente que leva conversa muito séria com a Doutora Daniela e ela falou para a gente que ela não podia fazer nada naquele caso, que tinha um policial envolvido no meio. Daquela época para cá, companheiros, foi um perseguição muito séria em cima do meu marido, era eu e ele que fazíamos os trabalhos sempre na área, a gente, ele era presidente da associação, a gente tinha que correr para a cidade ficar tomando conta das coisas e fazer compra na cidade que até hoje eu faço, cada um da gente vai em Pedra de Maria da Cruz fazer feira lá para as nossas casas para nós comermos. Aquela área está lá até hoje, companheiros, para muita gente que tirou a vida do meu marido achou que a área ia se acabar, mas não, não acabou não porque meu marido não era sozinho, ele deixou a família que está sofrendo muito, é covardia muito grande indo lá. A fazenda vizinha tinha, o dia que ele morreu eu tenho um apelo muito grande a fazer isso, esse velho Estado, porque no dia 09 de outubro teve uma audiência em Pedra de Maria da Cruz, estava a pessoa dos direitos humanos, que eu não lembro o nome, tinha várias pessoas do órgão do governo. E ali teve bastante denúncia que tinha pistoleiro naquela fazenda vizinha, de 45 inscrições, gente, com 50 inscrições, gente, teve 45 que foi tudo denúncia desses pistoleiros que estavam lá dentro e ninguém tomou providência. E o próprio, os próprios pistoleiros estavam sentados lá ouvindo todas aquelas denúncias. Tinha policiais lá, policial civil, tinham outros policiais. Se existisse, gente, direitos iguais, eu acho que aqueles pistoleiros tinham saído dali com as mãos algemadas para detrás das grades. Não, saíram soltos, rindo da nossa cara, saiu dali criticando nós e cada vez mais nos perseguindo, e tudo que eu fazia era junto com ele, me acompanhava a vida inteira. E chegou, com oito dias chegou a denúncia do próprio que está lá hoje, suspeito, preso na cadeia, a polícia foi na área nossa com denúncia que o Marquinho, que o Marco Antônio fez, denunciando meu marido, que ele estava perseguindo ele. Isso era tudo mentira, meu marido tinha emprego. Esse dia que a polícia foi lá meu marido estava para o serviço trabalhando eu estava na área, meu marido fazia os trabalhos dele e trabalhava para sustentar a nossa família. Então eu só fiquei sabendo disso, por que a polícia foi lá? Porque o dia que eu fui dar o meu primeiro depoimento depois da morte do meu marido, eu fiz a pergunta para o promotor

por que é que a polícia estava atrás do meu marido sendo que ele estava no serviço trabalhando, ele não era criminoso e nem era bandido, nem era ladrão. A polícia falou: “Ele foi lá, foi mandado do gerente da fazenda, vizinha suas, que denunciou ele”. Não levou dia nenhum, no dia 23 de outubro, dia 22 de outubro, à tarde, o carro nosso, é uma moto, que sempre fazia as nossas feiras, o nosso transporte, ela estava com problema e não aguentava ir na cidade trazer eu e ele e a feira. Ele, sempre eu acompanhava ele em todas as viagens que ele fazia, já sabia que o policial Danilo estava fazendo guarda na fazenda de cima, porque eles estavam com medo dessa reunião para cá, que toda a associação estava reunida para lutar pelo direito do povo, que estava tendo “dividimento” de camponeses com pescador, com vários Quilombolas, com um bocado de porcária que eles inventaram, na verdade. Só sei que ele, dia 22, saiu de casa na moto para pegar uma feira e eles entraram numa emboscada na entrada da terra que a gente mora, quando a gente contou foi o meu marido assassinado na estrada. E eu que vivi aquele período inteiro lá com ele, dei as duas horas da manhã para apanhar o corpo dele. Eu fiquei mais indignada com esse direito que eles falam que tem o direito de igualdades, companheiro, é mentira, só vai sair da minha cabeça quando eu ver o direitos humanos pôr o trabalho dele em prática, tirar desse papel e colocar nas roças, colocar nas comunidades, colocar em prática. Porque apanharam o corpo do meu marido, levou para o IML e fez os exames, a bala que tirou do peito do meu marido está no laudo lá dele, apanhei algum cartucho, tinha capa do cartucho do lado no sangue dele no outro dia de manhã que eu fui pegar a moto, eu levei junto. E eu recebi o corpo do meu marido partido, todo costurado, para levar para a funerária para fazer aquele exame. O próprio cartucho estava lá nas coisas de quem está preso, de um dos que está preso, tinha cinco cartuchos. Aí eu pergunto, gente: até hoje não apareceu, quem mandou, quem fez? Quem está lá preso fala que é inocente, que tem dois suspeitos presos, e não foi só isso, que à tarde, três horas da tarde tinha quatro lá no mesmo lugar pertinho de nós, que pegaram um cara, quase mata. Se existisse lei, eles não tinham feito o que fez com o meu marido, e não estava sofrendo tanto porque o cara não morreu porque chegou um gritou para soltar ele, era o Zezinho que eles pegaram para matar, tinha quatro, estava o Marquinho, o Marco Aurélio e mais dois desconhecidos, o outro eu só sei o nome que chama Juca, que está sumido no mundo, um tal de Juquinha, que correu de Maria da Cruz, tenho certeza que ele estava no meio e ele está fugido. Então, companheiros, a gente precisa que essa igualdade chegue no meio, principalmente, dos trabalhadores, da pobreza que a gente vive na roça, a gente já sofre muito, a gente já sofre muito na roça para mandar o feijão e o arroz para o

supermercado da cidade, entendeu? Se sabemos que o que está passando comigo eu não desejo para família de ninguém, de eu estar sofrendo sem ter o meu esposo ao meu lado, sofrendo com meus filhos. Eu tenho duas filhas que estão dependentes de remédio igual a mim, que estou vivendo em cima de um monte de remédio faixa preta, senão eu já tinha, já estava debaixo do chão. Eu sei a dor que eu estou passando, uma ferida muito grande de ver meus filhos todos reclamando porque não tem o pai deles para, ele foi pai adotivo dos meus filhos, mas foi o pai que meus filhos conheceram. E meus netos, meu coração corta de dó de ver minhas netas chorando e falando: “Ô Vó, eu nunca mais vou ver o meu vô”. Eu sinto muito isso, companheiros, porque eu não conheci os meus avós, não conheci nem avó nem avôs meus, e me dói muito de eu ter visto aquela cena de ver meu marido todo aberto, costurado. E até hoje vai fazer, dia 24 agora desse mês vai fazer 11 meses que nós enterramos o meu esposo e não tem nenhuma resposta do mandante da fazenda, se foi ele que mandou, por que ele fez isso? Por que os presos que estão lá não confessam? Que estão lá na boa comendo e bebendo às nossas custas, ainda ganhando dos filhos deles meio salário cada um por mês. Acho isso uma injustiça muito grande, porque só eu e Deus que sabemos o que está passando com a minha família. Eu falo para os companheiros: “Companheiro, quem não viu a matéria, esse jornalzinho saiu em todas as matérias, Jornal Nova Democracia do Movimento da Liga dos Camponeses, que está a foto do companheiro, tem a foto do companheiro ali, companheiro só andava fazendo as coisas dele que era certo e foi tirada a vida sem um pingão de precisão, até hoje a gente não tem solução. Aí eu pergunto assim: Será que o responsável dos direitos humanos que estava lá com nós no dia 09 de outubro, que ouviu aquilo tudo, nós ainda mostramos para ele que aquele menino que estava lá rindo do lado nosso, que era um dos, era o mandante dos pistoleiros que estava escondido na fazenda, a gente sabia disso há muitos dias, mas que estava perseguindo a outra pessoa lá do lado, não imaginava nunca que estava perseguindo era a gente, que chegou a mudar, passar para dentro do rio. Que depois, seguido conversa depois, recente agora, a gente ficou sabendo que o próprio vagabundo que entregou ele lá pessoalmente, apontou com o dedo, que ele era um dos dirigentes da Liga dos Camponeses, matou ele, foi enganado. Estava esperando era eu e matou o Cleomar. Não, Cleomar era conhecido, Cleomar era gente muito conhecido e amoroso, que ele não tinha as amizades com ninguém. Isso a gente não vai parar por aqui não, companheiro. A gente ouviu muitas pessoas falando na cidade que a gente tem que correr atrás dos nossos direitos sim, porque eu não merecia o companheiro ser morto por uma brutalidade tão grande daquela. E quem



fez, achando que a área nossa ia acabar, o sangue do companheiro Cleomar corre na veia de cada um de nós, principalmente de mim que ele deixou, que vivia com ele o tempo que eu vivi e alguém pensou que ele era sozinho, que ele era um cachorro. Não. Não prenderam eles quando fez o que fez na beira do rio três horas da tarde no mesmo dia por causa da política. Isso, gente, ficou a marca muito grande na minha vida, não vai sair da minha cabeça nunca. Eu peguei muita revolta com política, porque ia ter a eleição no domingo e eles fizeram isso na sexta-feira com o cara na beira do rio à tarde, falou que não prendeu o cara, que não prendeu eles porque foi para fazer um boletim de ocorrência no hospital para prender o cara que estava machucado, que eles estavam matando. “Ah, nós não vamos prender eles dois, os quatro, porque vai ter a política na eleição de domingo, eles vão votar”. Quer dizer que um voto para pôr um dentro do terno, um prefeito, um vereador, vale mais do que a vida de um de nós, pai de família, trabalhador, que nós sofremos para criar os nossos filhos desde quando nasce. Na verdade a gente carrega um filho na barriga são nove meses para vir ao mundo. E cresce, cria, vira um homem, uma mulher, para vir um vagabundo qualquer e tirar a vida daquela pessoa por nada. É muito difícil, gente, isso para a família da gente, a gente sofre muito para viver até a idade onde nós estamos hoje. Essa data da eleição vou falar para todos os companheiros, dói na orelha de quem doer, eu não importo quem está, quem não está, em todas as eleições isso não vai acabar da minha cabeça. Se tivesse prendido eles aquele dia, eles não tinham feito o que fizeram com meu marido. Toda, todas eleições eu vou lembrar disso, companheiros, vou ter muita revolta com isso. Isso eu vou ficar sabendo, vai acabar mais um pouco dela quando eu ficar sabendo quem foi mesmo que foi lá saber o que fez com ele, a tocaia que colocaram nele na beira da estrada. E agradeço os companheiros por esse convite, pela paciência. E agradeço a Deus, primeiramente. Nós estamos aqui todo mundo junto presente na luta e vamos lutar, companheiro, para vencer o nosso direito e lutar.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Agradecemos a Clara e a Dira o depoimento prestado. Ah, desculpa, entrega para mim.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Eleição é fácil, não muda nada não, o povo organizado vai fazer revolução.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Mário Ribeiro: presente, presente, presente. Rosalina: presente, presente, presente. Darci Ribeiro: presente, presente, presente. (Trecho

Incompreensível) Ribeiro: presente, presente, presente. (Trecho Incompreensível) presente, presente, presente. (Trecho Incompreensível) presente, presente, presente.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Contra a tortura e a impunidade, pelo direito à memória e à verdade. Contra a tortura e a impunidade, pelo direito à memória e à verdade. Contra a tortura e a impunidade, pelo direito à memória e à verdade. Contra a tortura. Pela abertura, pela abertura dos arquivos da ditadura. Pela abertura, pela abertura dos arquivos da ditadura.

BRAULINO: Agradecemos pela intervenção que vocês fizeram, muito obrigado. Eu chamo Braulino da Articulação Rosalino.

BRAULINO: Bom dia, companheiros e companheiras. Acho que em primeiro lugar eu quero pedir desculpa, não é, porque eu estou com a garganta aqui que quase não estou conseguindo falar hoje, aí eu vim cá mesmo porque é obrigação nossa, sabe? Mas em nome da Articulação Rosalino, aí eu queria não entrar muito aqui na questão do regime, mas sim eu queria dar uns dois depoimentos aqui, que é apoiando o que as companheiras ali acabaram de dizer aqui. Porque na verdade eu acho que a ditadura, sim, militar, ela cumpriu, mas a ditadura fundiária ela continua do mesmo jeitinho. E eu tenho muita tristeza em dizer aqui que nossos governos, que a gente pode dizer que a gente faz parte, que ajudou a eleger, nessa parte, pelo menos, da regularização fundiária e territorial, foram os piores governos que tiveram, infelizmente nós temos que dizer isso. Agora, eu quero dizer para vocês, eu vou citar dois exemplos aqui para provar para vocês que a ditadura não acabou. Primeiro ponto eu quero dar um exemplo do Quilombo do Igarutuba. Que pouco tempo eles prenderam vários companheiros que foi colocado dentro de uma rapa da polícia, que inclusive companheiro lá de 70 anos, quase 80 anos sendo preso, algemado, tirando foto com a Polícia Militar do Norte de Minas aqui. Inclusive um dos companheiros que até já foi, o companheiro Mariano. E outra coisa, confirmando o que o companheiro Sula estava dizendo aqui, aquele negócio da Cachoeirinha, lá nunca acabou. O companheiro Jadé, que foi um cara pelo menos que foi massacrado ali de todos (Trecho Incompreensível) pelo menos, como o Jadé, Sula, Calixto, aquela turma toda, recentemente o filho de Jadé, hoje, hoje ele está aleijado, ele está aleijado, que é aquela questão lá dos nativos do Arapuim, pelo menos aqui assim, a fazenda Morro Preto que é do Toninho, que eles chegaram e fizeram uma chacina, esse pessoal lá, uma chacina. Na verdade o filho do fazendeiro estava junto, eles deram, ninguém sabe nem quantos tiros eles deram nos companheiros lá por causa da morosidade do INCRA que o cabra que era dono da

fazenda seguiu três anos esse pessoal arranchado lá, e o INCRA, o INCRA não fez a desapropriação do território Quilombola lá, do território Quilombola, até vender para um outro cabra, pelo menos, que é o Toninho, que o filho dele estava lá com os jagunços, que atirou nos companheiros. Inclusive tem a nora do Jadé, tem o filho do Jadé e tem o companheiro Zegar que foi morto, que foi morto nessa chacina, pelo menos. E o hospital disse que ele teve uma epidemia, pelo menos, depois que ele sofreu esse tiro o cara sofreu uma epidemia que morreu disso. E veio o laudo, pelo menos, que o cara sofreu uma epidemia e morreu. Isso agora, recentemente agora, e o pessoal está lá arranchado, pelo menos não foi desapropriada a fazenda, que é a fazenda Morro Preto. Então, companheiro, em nome da Articulação Rosalino, eu vi a companheira aqui sofrendo o que ela está sofrendo pelo menos assim, companheira, eu quero dizer pelo menos esses dois exemplos pelo menos. E o pessoal está lá e até hoje não fez nada, eles podem sofrer outra chacina, que eles estão do outro lado do rio lá, pelo menos assim, em torno de sessenta famílias que estão lá, que é... isso aí é o fruto ainda daquela fazenda que o Tancredo Neves ainda repassou para eles, que eles estão dizendo do Coronel Jorgino. Mas o Coronel Jorgino continua lá, o recente deles. E eu quero dizer para a companheirada pelo menos aqui assim, cara. A gente faz parte da CNPCT a nível nacional, você pega da Amazônia até no Nordeste, porque a gente convive com todos os companheiros, qualquer instância que você for, qualquer instância que você for, os companheiros estão sendo mortos, estão sendo massacrados. Poucos dias agora no Pará, pelo menos, morreram dois companheiros sindicalistas lá, dois companheiros simplesmente morreram, por morreu. Eu quero dizer, pelo menos aqui assim, que é muita revolta, essas, a CNPCT, os Quilombolas, que não vão dizer do norte de Minas. Os Quilombolas, os indígenas, companheiros indígenas que está aqui, quem convive com eles, os companheiros vazanteiros, os companheiros geraizeiros, os companheiros veredeiros. O pessoal que é conhecido que o governo gosta muito de separar a agricultura familiar, como é que chama? Todos eles estão sofrendo o mesmo massacre. E eu digo para vocês, pelo menos, se nós não formos para a rua e não tiver uma revolução, isso vai continuar, vai morrer companheiro a vida toda. E quem não morrer pelo menos na guerra vai morrer de fome. Porque eu digo para você que infelizmente as políticas públicas hoje não facilitam, esse pessoal da agricultura familiar, quem tem seu pedaço de terra, maravilha. Agora, que aquele companheiro que é posseiro ele não é gente, estou dizendo para você. Os companheiros indígenas, agora há pouco tempo, fizeram uma retomada, uma retomada, pelo menos, do território que é deles, e você sabe pelo menos quem é que fez a perseguição

desse companheiros. O advogado que acompanha, da CNA, da Confederação Nacional da Agricultura, pelo menos é que está acompanhando, o pessoal de Goiás é que está lá acompanhando essa, acompanhando, pelo menos, assim, o jurídico que está acompanhando desse pessoal. Esse pelo menos seis, seis latifundiários, pelo menos, fez um manifesto em Itacarambi para poder perseguir os companheiros indígenas lá que são doze mil pessoas que compram nessa cidade. Se eles não fossem organizados pelo menos eles não podiam nem ir lá, tinham que ir lá em bloco pelo menos que senão eles iam ser morto do mesmo jeitinho que foi o companheiro Rosalino. Então, companheiro, eu acho que nossa companheirada que está aqui, já foi dito aqui, não tem nem como você rever, pelo menos, se nós não unificarmos a luta, se nós não unificarmos a luta, que eu queria pedir a companheirada, que a gente está acompanhando esses companheiros, não adianta você dividir Quilombo, indígena, população, as PCTs pelo menos tem que estar junto, companheiro, se nós não estivermos junto para ir para a rua não adianta nós começarmos que sozinho ninguém faz nada. Nós temos que juntar toda a classe porque nós temos um, dois problemas que nos aflige, dois problemas. Porque eu quero dizer para você, nós temos que ter um projeto comum, qual é esse projeto comum que nós temos que ter junto? Regularização fundiária e essa questão territorial. Se você pegar do sul ao norte, é o problema que atende todas as populações tradicionais, a luta tem que ser assim. Agora, as particularidades, companheiro, as particularidades, pelo menos, tem muitos companheiros, pelos menos, que você sai daqui vai numa reunião em Belo Horizonte falar com o Governador, vai em Brasília, pelo menos: “Olha, eu quero um poço artesiano para a minha comunidade”. Sinceramente, companheiro, isso é brincadeira. Vamos lutar por um projeto comum, e esse projeto comum, pelo menos, o quê que é ele, pelo menos, o projeto comum que nós temos que ter, não é? Eu acho que é muito interessante a academia apoiar essas populações, que nem hoje já tem, pelo menos. Eu digo para vocês, aqui tem um Quilombo de peixe bravo, Quilombo de peixe bravo. Se eu estiver mentindo o Joba pode falar se é mentira ou não. Inclusive o cara que ia fazer o laudo lá era o companheiro Joba pela Unimontes. Ele foi ameaçado de morte lá, ele foi ameaçado pelo menos pelos Pulu. Ele falou: “Eu não vou fazer pelo menos que eu não vou morrer”. Foi feito o quê, Joba, até hoje? Até hoje foi feito o quê? A reitoria da Unimontes disse o quê para nós? Está lá os cabras lá sendo massacrado, sofrido lá em Riacho dos Machados no Quilombo Peixe Bravo. Até hoje, pelo menos, não fez o laudo antropológico desse pessoal. Ditadura acabou, mas e aí? A fome acabou? Esse pessoal está passando fome, cara, esse pessoal está passando fome, não é? Agora, pelo menos, na verdade

nós vamos passar mais fome que a água está acabando, mas sem a água, na verdade nós estamos vivendo a maior ditadura, pelo menos, assim, não tem aonde nós produz, pelo menos. Nós, que somos trabalhadores rurais, que as populações tradicionais são obrigadas a pegar cesta básica do governo. É a maior vergonha do mundo o governo falar: “Nós levamos uma cesta para a comunidade rural”. A comunidade rural tem que distribuir cesta pelo menos para os centros, os grandes centros urbanos, porque nós temos condições disso, só falta, pelo menos, políticas públicas, políticas públicas, pelo menos, para essas populações tradicionais e terra e território. Nós temos que ter autonomia pelo menos, que nós somos caboclos.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Trecho Incompreensível) a revolução agrária. (Trecho Incompreensível) a revolução agrária.

BRAULINO: Porque na verdade, companheiro, hoje nós temos uma conclusão. Reforma agrária de lote não adianta, você está formando os pequenos latifúndios novamente, nós temos que ter o território, sabe? Nós temos que ter, as populações tradicionais tem que ter território, porque território aí vocês veem, todo território deu certo. Agora, lote de terra não dá certo, porque você sabe, pelo menos, não tem políticas públicas, os caras ficam lá até mofando e vendem a terra para poder comer, tá entendendo? Não resolve. Companheiros, no momento aqui agora eu acho que o tempo é curto, não é, e tem muita gente que a gente precisa ainda fazer muita coisa. Eu quero pedir licença, que na verdade às vezes o objetivo, eu não falei aqui o objetivo, mas eu quero pedir aos companheiros, pelo menos, amanhã a Articulação Rosalino ela está reunida ali na FETAEMG para ela poder fazer um planejamento, sabe, companheiros, junto à companheirada pelo menos para nós podermos ir para a luta juntos, porque um sozinho não adianta. Muito obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, Braulino. Eu gostaria de convidar José Francisco da Silva para tomar assento à mesa, representando o Secretário de Estado Nilmário Miranda. O pessoal da UJR, eles pediram para anunciar aqui que eles estão vendendo esse jornal aqui por um real, e que esse jornal relata casos de corrupção e tortura durante a ditadura militar. Quem se interessar, encontra-se atrás. Eu passo a palavra ao vereador Valdinei.

VALDINEI: Muito bom dia a todos e a todas. Primeiramente eu quero agradecer ao ilustre convite do Vereador Eduardo Madureira para estar aqui com vocês hoje nessa manhã. Cumprimentando aí a mesa, na pessoa do Nilmário, que falou aqui também uma frase que eu gostaria de destacar essa frase, minha amiga, meus amigos aí, e esse público maravilhoso que está aqui presente.

Gente, quando a gente fala de direitos, de cidadania, me desperta muito a atenção porque nós vivemos no mundo hoje democrático, aonde que a liberdade de expressão tem que ser respeitada por todos. E somos um globo que convivemos em uma família, que somos irmãos e irmãs. E eu vejo, tem uma passagem da bíblia que fala assim: “Quando o justo governa o povo se alegra”. Só fazer uma comparação bem rapidinho. Dentro da nossa casa, se a gente apaga a luz, fica difícil da gente detectar as coisas dentro da nossa casa, de achar o que a gente quer. Na nossa vida hoje também é assim, se uma pessoa não tem a luz, ela não tem capacidade de perceber a dor do próximo, sentir a fraqueza do próximo e também de não ter a misericórdia de entender a fome do próximo. Então eu quero deixar um versículo aqui, Vereador Eduardo Madureira, que a bíblia diz no livro de João 8-32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. É necessário que o povo venha a conhecer a verdade. A gente vê hoje nas cenas, é tanta guerra, gente, que tem, tanta violência hoje no mundo, tanta desigualdade social que existe. Por exemplo, vou dar aqui um bem claro. Hoje, no nosso país, um vereador ganha 9 mil, um deputado ganha 30, um presidente ganha um, e a gente vê um trabalhador, um pai de família, Eduardo, hoje, que para aumentar o salário dele no congresso nacional hoje é tanta burocracia, são tantas falas que tem, e sendo que são eles que elegem os governantes, que pagam o salário do governante, que dá aquele salário que o governante ganha. E por que na hora de aumentar o salário dos nossos patrões, dos nossos chefes, porque nós somos funcionários da sociedade, funcionário do povo. E por que na hora de aumentar existe tanta, assim, tanta conversa, sabe, tanta novela para poder aumentar? Eu falo com vocês, concordo plenamente que os direitos de cada um de vocês tem que ser respeitados, nós temos sim que lutar pelos nossos direitos, mas acima de tudo, acima de tudo, colocar que tudo nessa vida também, gente, é passageiro. Nós estamos aqui em um momento, em uma viagem, não é? É uma passagem que nós estamos vivendo nessa terra. Então nós não podemos deixar o ódio, o rancor, a mágoa, operar e falar alto dentro de nós. Indiferente de religião, viu, pessoal? Não estou falando de religião aqui, nós estamos falando de um fato democrático de direito de cidadão e dever. Mas ao mesmo tempo também falando de algo que é muito maior para dentro de nós, a luz divina, a luz de Deus que tem que ter dentro dos nossos corações. Eu queria só falar isso mesmo, não entendo muito do assunto não, peço muitas desculpas, assim, para vocês. Mas o pouco que eu tenho de conhecimento é somente até aqui. E desejo que nós venhamos a ter uma nação melhor, um mundo melhor, Vereador Eduardo Madureira, o senhor que é um ótimo vereador, que eu tenho um carinho muito imenso por você, você sabe disso, gosto muito da sua pessoa, do seu

trabalho que você faz. Eu tenho, eu tenho um tipo de trabalho que graças a Deus eu não tenho inimizade, eu não conheço isso comigo, com ninguém. Apesar das opiniões, não é, mas eu gosto muito de vocês, gosto muito de você, Vereador Eduardo Madureira, e desejo muita saúde, muito sossego e muito sucesso para todos vocês. Fiquem com Deus e que Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Eu agradeço ao Vereador Valdinei. Quatro pessoas se inscreveram para prestar depoimento. Nós temos primeiro Rose Viana, professora, por favor. Ô, desculpa. Rose Almeida.

ROSE ALMEIDA: Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar em especial, não é, todos são importantes aqui na presença, mas especialmente ao Vereador Eduardo Madureira, que carinhosamente me convida, não é, para as audiências públicas e é uma honra estar aqui. Fiquei muito emocionada com todos os depoimentos, com exceção do último. Que o importante, eu fico pensando como professora, como professora da minha formação, e eu queria falar rapidamente quem foi meu professor, foi meu pai, foi meu pai que me alfabetizou, foi meu pai que me letrou, era garçom, conhecido José Alves de Almeida, conhecido como Zezinho Beleza. Trabalhou no Espeto de Ouro, enfim, teve o restaurante dele, Cantina do Beleza, sou filha dele com muita honra. Então foi graças a um pai que eu tive que Deus levou não sei como ainda, ainda estamos investigando para ver se ele foi assassinado também, não é, vamos investigar isso, estamos dando encaminhamento a isso. É que me faz ver e perceber que educação realmente não é para todos, gente. Porque quando a gente dá uma educação que eu sou, eu fui professora do campo muitos anos, e ensinando para os meus alunos a lutar seus direitos, eu fico com medo de aparecer nas notícias deles serem assassinados como esses homens e essas mulheres foram mostradas aqui. Dá medo de educar, dá medo de dar, proporcionar cultura, cidadania e conhecimento para os nossos alunos do campo para depois eles serem massacrados. A ditadura militar não acabou, a ditadura militar ela está implícita e algumas vezes explícita nos vários setores da nossa sociedade. Como? Existe tipo uma comunhão, uma parceria entre igreja, empresas, indústrias, maçonaria, enfim, isso leva à morte de muitas pessoas. Às vezes um trabalhador do campo não foi morto com um tiro, mas foi morto no hospital público atendido pelo SUS. Estou mentindo? Meu avô sofria de uma doença chamada diabetes, olha para vocês verem, passou por vários médicos e nenhum médico diagnosticou que meu avô tinha diabetes. “Não, é porque ele fuma, ele gosta daquele cigarrinho lá de fumo de palha, ele está com pneumonia”. Meteram medicação de pneumonia no

meu avô e o problema dele era diabetes. Então tem médicos e médicos, tem professores e professores, e tem gente que tem gente com psicopata em qualquer área. Tem médico psicopata, tem professora psicopata, tem, porque mata essas pessoas, maltrata o ser humano, lida mal, trata mal o idoso, trata mal a criança. Isso aqui, gente, que câmara bonita, não é, câmara municipal, sabe para quê que foi feita essa rampa? Um engenheiro que projetou, foi para humilhar publicamente um cadeirante, para ele passar tipo como se fosse uma pista de corrida. Vocês não acham que não tem um engenheiro melhor, mais inteligente, que poderia fazer uma rampa de um lugar mais discreto? Vocês não acham isso? Tem pessoas de inteligência. Então esta câmara municipal foi organizada por Doutor Silveira, com o maior respeito, mas o engenheiro que a projetou foi para humilhar um cadeirante, humilhar um representante das pessoas portadoras de necessidades especiais. E Valdinei escapou? Que pena, deve ter ido visitar Capitão Enéias. Então eu não, eu educo meus alunos para que nunca votem num vereador que usa essa tribuna para falar de Deus, porque Deus cada um faz na sua casa, na sua igreja, aqui não é aceito, “Bom dia, Jesus”, não aceito isso e jeito nenhum. Que Jesus não fica numa pocilga dessa, que maltrata servidor público, que faz servidor gari ficar cinco meses sem receber, não aceito isso. E é para assim, vou falar com vocês, eu convoco os montes-clarenses para virem na próxima reunião na câmara e trazerem bíblias, vamos trazer bíblias, vamos trazer Arthur Schopenhauer, vamos trazer Sócrates, Platão, Paulo Freire. O filho da pátria que usar essa tribuna aqui usando o nome de Deus em vão, nós vamos atirar livros na cara deles, porque para eles estudarem e representarem a gente melhor. Bom dia a todos, perdoem-me a minha exaltação, mas eu tive que falar, perdoem-me.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Eu informo que a audiência está sendo transmitida via web no portal da Câmara Municipal de Montes Claros. Eu chamo Orlando dos Santos para prestar seu depoimento.

**ORLANDO DOS SANTOS:** Bom dia a todos. Meu nome é Orlando e estou aqui praticamente representando algumas pessoas, não é, que é o Movimento Geraizeros e a Articulação Rosalino, Rosanteiros, Caatingueiros. A gente reuniu esses grupos para ganhar rumo à nossa luta. E por falar na nossa luta, quando o pessoal fala no regime militar, que ainda, que não existe, foi nos anos 60, anos 70, não, ainda existe o regime militar sim. Hoje o nosso povo é oprimido, é zambado, é ameaçado por PMs. Existe regime militar, e na maioria das vezes nós vimos casos de companheiros indo, alguém indo nas casas deles ameaçar, ameaçando de morte, falando não que



quer ver inocente sendo morto. Mas na verdade nós estamos no centro sim, que elegemos os nossos funcionários e que às vezes não olhamos para nós, não dá nenhuma importância para o nosso trabalho, pela luta do nosso povo. Enquanto que eu, Orlando, fui acordado um dia de manhã, um sábado, sábado de carnaval, pela PM, com mandado dizendo que eu era traficante de arma e droga, e tudo mentira, gente, isso foi armadilha do regime militar, seis horas da manhã. Mas ainda bem que um anjo me anunciou e que eu fugi de casa para não ser preso e ser massacrado naquele momento. Onde que a PM de Novo Horizonte, eu não tenho medo de falar o nome não, Senhor Sargento Cardoso, que fizeram isso, sabe, para armar essa emboscada em cima de mim, porque nós defendemos o nosso povo e não aceita que o nosso povo seja humilhado, de forma alguma. E tem vários Rosalinos, tem várias outras Rosalinas que vão morrer na luta sim, que vinha sendo ameaçado. E que na maioria das vezes a gente fala assim: “Não existe mais regime militar”. Existe sim, às vezes tem alguém fazendo vista grossa para não ver a verdade acontecer, mas existe e o nosso povo ainda está sendo humilhado e nós não queremos ver isso acontecer mais não. De repente nós pedimos para a Comissão de Direitos Humanos: “Olha para esse povo e não só a mim não, eu quero que tomo mundo seja valorizado, respeitado como cidadão, não só na hora de votar, mas sim na hora de defender os seus direitos”. E que hoje nós temos um pessoal aqui de São João de Paraíso também, que está sendo ameaçado também por policiais também. Hoje na cidade nossa você não pode nem andar sozinho por ameaça. Inclusive um dia a gente foi parado na estrada, os caras com arma na nossa cabeça. E dizem que somos brasileiros, temos liberdade. Qual é a liberdade que o nosso povo tem com as nossas lideranças sendo ameaçadas? Como é que o nosso povo tem um grito de guerra pelas nossas terras, pelos nossos direitos, se vê as nossas lideranças sendo ameaçadas, o pessoal está recolhendo e está com medo sim, o nosso povo está com medo de ser morto. É igual nós vimos várias donas falarem aqui: “Isso não pode acontecer”. Nós temos que dar as mãos e ir para cima, devemos morrer na luta e não morrer de fome. Porque nós somos trabalhadores, nós vivemos da terra, e além de tudo, isso aí que a gente vê alguém falar que está sendo esclarecido o crime, sendo esclarecido aquilo, mas na verdade são mentiras, ninguém vê o que acontece com o trabalhador rural não. Mas se ele roubar um frango para comer, rapidinho sai na mídia, rapidinho, rapidinho, sabe? Mas quando o trabalhador está lá impedido de trabalhar e produzir o alimento para a sua família, não sai não, de forma alguma. Então são essas as minhas palavras. Ah, outra coisa, no movimento nós temos várias pessoas sendo ameaçadas, inclusive uma companheira

nossa com várias ameaças. Foi alguém lá, teve um atentado, foi alguém lá, atirou fogo na casa dela, queimou tudo, tudo, tudo que ela tinha. E esse pessoal foi praticamente disposto a matar toda a família, que não sobrou nada de casa, carro, as coisas, tudo foi queimado, sabe? A gente vive isso hoje, sabe? É a realidade do nosso país. Infelizmente, sabe? Infelizmente. A gente é obrigado a vir aqui e falar isso, nós deveríamos estar falando coisa mais bonita, não é? Mas infelizmente é a nossa realidade que nós enfrentamos lá no campo, viu? Então essa é a minha palavra e muito obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Eu agradeço, Orlando, a sua participação. Orlando. Convido a Lourdes Francisco para prestar o seu depoimento.

LOURDES FRANCISCO: Gente, bom dia. Eu vou falar um pouquinho da história, como eu vim parar aqui, porque que eu estou aqui, é justamente por causa do tal de período militar que não acabou. Olha, tá. Eu sou filha de Cirilo Gomes da Costa, sou bisneta de um tal de Lourenço, e nós somos donos de uma terra que umas firmas querem pegar lá no norte de Minas. Pegaram na década de 70, na década de 70 ameaçaram meu pai, mataram um bocado de gente da minha família e meu pai teve que vir para aqui em 74 com nós. Nós viemos parar aqui em Montes Claros, nós viemos pegando carona e andando a pé até chegar aqui. Quando chegou aqui nós não tínhamos para onde ir, nós fomos morar naquele prédio da algodoeira ali, ó, antiga algodoeira. Tinha um toco de mendigo lá nós fomos ficar lá com eles. Aí eu saía com meu pai para pedir esmola na rua, eu e outra irmã, mas uma pessoa pegou minha irmã para trabalhar e eu fiquei sozinha com meu pai. Aí um dia nós estávamos pedindo esmola aqui, em frente à prefeitura velha, uma dona saiu lá e falou assim: “O senhor não dá essa menina?”, deu pai uns fubás, uns macarrões e falou assim: “Dá essa menina para fazer companhia para a minha mãe, minha mãe está idosa”, e essa dona acabou de me criar, porque meu pai uma semana depois ele tinha tentado ir num tal de imigração para conseguir umas passagens para a gente ir embora daqui, que ele estava querendo, ele não queria saber de ficar aqui, ele queria um lugar para refugiar com a gente, mas não conseguiu. Chegou lá não sei se ele foi reconhecido, o quê que foi, e meu pai era analfabeto e ignorante igual eu. Se isso for ignorância, porque ele não obedecia padrão nenhum, o que era que ele achava que era o direito dele, que era plantar a terrinha dele, viver lá, trabalhar e sustentar nós que era essa, o direito dele, ele era isso aí. Então ele não obedecia padrões, quando falaram que ele tinha que deixar as terras ele não obedeceu, então nós tivemos que sair porque eles já começaram a ameaçar. E se ele ficasse ele teria morrido igual meu tio Nico, ele tinha

morrido igual outros parentes que eu ainda tenho lá. Aí eu fiquei aqui, a dona me criou e tal, beleza. Aí a gente pensa assim: “Ah, a ditadura militar acabou na década de 70, a partir de 80, da constituição e tal”. Não, nós vivemos isso ainda, como meu pai sumiu e minha dor aumentou, aí eu pedi em Brasília alguma coisa sobre ele, que pesquisasse e investigasse, soubesse o quê que está acontecendo, porque até hoje nós não temos o atestado de óbito dele. Me mandaram o nada consta e falou que eu podia procurar na delegacia uma polícia aí que me desse um atestado de óbito. Eu não concordo com isso, não quero assim, ninguém me explicou nada. Aí eu, a empresa tomou as terras nossas e eu ceguei e ocupei de novo a terra do meu pai, e estou lá sendo ameaçada, ameaçada. As pessoas que dão suporte para nós lá, que são alguns líderes igual o Nenemzão, que está ali, Valdir Gouveia, esse Orlando, que fez o discurso aqui, outras pessoas como Dayrel e outras pessoas que têm aqui, outras organizações que têm. Os Xacriabás, eles nos apoiam lá. Essas pessoas sim são solidárias com a gente, mas eles não puderam fazer nada até hoje contra as ameaças que nós estamos sofrendo. Inclusive meu, uma das nossas lideranças, que é o Nenzão, está fora de lá, foi ameaçado de morte, ele está fora de lá, ele está ficando em Belo Horizonte, ele não está ficando lá mais não porque senão morre, e está aqui. Aí a gente fala assim: “Acabou”. Acabou não, está aqui mesmo, presente. Eu sou o resto do que sobrou, meus irmãos ficaram, os mais velhos se tornaram, ficaram com problema depressivo, eles às vezes perguntam alguma coisa de pai, eles não sabem explicar. Eu já perdi a minha mãe, eu tive que sair daqui e procurar ela depois, foi difícil de achar, fui conseguir achar ela em 81 lá em Pedro Leopoldo, lá em Belo Horizonte. Graças a Deus, tenho muitas graças para dar a Deus porque eu consegui um trajeto de vida até aqui, e consegui e não quero sair daqui sem levar alguma coisa. Ninguém fala comigo que minha terra, que eu não preciso brigar por ela, meu território, que eu não tenho que brigar por ela. Eu tenho que brigar sim, porque é minha família tradicional, é minha, meus irmãos, é meus filhos que estão aí, meus sobrinhos e meus netos que têm que viver dessa terra porque nós vivemos é dela. O alimento que a gente come toda vida foi tirado da terra, não foi ninguém que trouxe para nós não. E é com muita honra e orgulho que eu estou aqui para citar o nome do meu pai de novo, Cirilo Gomes da Costa. Mas eu quero que alguém providencie porque eu quero saber o quê que aconteceu, ninguém até hoje falou para mim. Eu sei que ele foi perseguido sim, eu sei que ele foi ameaçado e ele não gostava de falar para a gente. Então é um dos motivos que eu não tenho muita coisa para falar aqui, muito detalhe, mas é isso aí que eu queria falar, eu só queria que vocês soubessem da minha história.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, Lourdes. Eu convido o Adair para prestar depoimento.

ADAIR: Bom dia a todos. Meu nome é Adair, eu sou geraizeiros, sou conhecido por Neção, moro lá no Vale das Cancelas, e no município de Grão Mogol. Na década de 70, no regime militar, com o desenvolvimento do capitalismo verde, a monocultura de eucalipto, meu pai morava toda a vida na beira da estrada que liga na BR-251, aqui, a Salinas. E lá no Vale das Cancelas meu pai morava ali com a minha família, a minha mãe, meus irmãos, e a nossa terra foi desapropriada pelo Estado, pela Florestas Rio Doce, que era a subsidiária da Vale do Rio Doce. E meu pai foi obrigado a retirar a cerca de arame que cercava o quintal dele com ameaça de um homem por nome de Agrícola Rocha, era o Tenente Agrícola Rocha, que dizia assim: “Deus está no céu, e o capeta está na terra, e eu sou o Lúcifer, e quem manda aqui sou eu. Retira essa cerca”. Quando ele falou isso para o meu pai eu tinha cinco anos de idade, em 1979. Eu lembro dele com dois revólveres obrigando meu pai a retirar a cerca do quintal, lá no Vale das Cancelas. E isso me dói até hoje, porque eles jogaram veneno na nossa terra, mataram os nossos gados. A economia do povo geraizeiro se encontrava, muita manada de gado morto porque comia veneno e adubo químico. Eles “ponhavam” para o gado comer. Destruiu toda a nossa cultura e o nosso modo de vida tradicional. É por isso que eu falo que o Estado brasileiro tem uma dívida muito grande com nós geraizeiros, porque além de tomar nossa terra e dismantelar nossa cultura, o nosso modo de vida, nos ameaça de morte até hoje. Inclusive dia 1º agora, de agosto, a empresa AJR, que é dos filhos de João de Lima Gel, o velho coronel da ditadura militar que ainda continua hoje ameaçando o povo geraizeiro de morte. Mandou três capangas dizendo ser policial na minha casa para avisar que eles iam receber o nosso povo a bala na Fazenda São Francisco lá no Vale das Cancelas. Fui obrigado a deixar o meu povo lá e ir buscar recurso em Belo Horizonte junto às organizações sociais de apoio. E quando eu cheguei lá graças a Deus que os companheiros da Pastoral da Terra, do CAA e de todas as outras entidades já tinham comunicado às autoridades para poder me receber. Particpei da audiência pública na comissão de direitos humanos da assembleia legislativa, com apoio do Deputado Rogério Correia, que é um grande amigo dos movimentos sociais. Mas tem uma vergonha daquela casa, que até no dia de ontem não tinha entregado os encaminhamentos à Polícia Militar e nem às outras demais autoridades em providência do caso meu. Agradeço aos companheiros solidários dos órgãos, das organizações sociais que escreveram cartas ao Ministério Público Federal, que escreveu carta para o programa de defensores dos

direitos humanos, de proteção dos direitos humanos, e que me acolheu. Mas se depender da Assembleia Legislativa ninguém escapa vivo porque eles tem uma demora muito grande em resolver as coisas para defender um pobre, para defender uma liderança que é ameaçada de morte. Eu quero falar que a ditadura lá no Vale das Cancelas e no município de Grão Mogol, de Rio Pardo de Minas, de Fruta de Leite, de Novo Horizonte, de São João do Paraíso, de Josenópolis ainda. Aqui nós estamos com o nosso amigo Valdeir, geraizeiro lá da fazenda Currealinho. Ele foi fazer um lacero na terra dele que tem o título, a empresa Nova Flor falou que lá a terra é dela e ele tem o título da terra, isso não é coisa de ditadura? A pessoa não é dona daquilo que ele tem o documento que ele é dono? Então a ditadura continua. A Dona Albertina, que sofreu a perseguição na ditadura militar, que foi expulsa da terra dela lá no Córregos dos Piadores, do Município de Josenópolis, ela foi expulsa pela Florestas Rio Doce, por esse Tenente Agrícola na época da ditadura militar. Ela mudou para o Córrego da Lapa, foi perseguida também no Córrego da Lapa pelos mesmos coronéis, e hoje ela está morando enferma lá em Josenópolis com a família dela. E ela tenta retornar, a empresa Noflor Empreendimento, que é do Grupo Plantar, conseguiu na justiça de Grão Mogol, que Grão Mogol também não tem juiz, aí vão os juízes paraquedistas, chega lá, dá uma liminar para a empresa, o interdito proibitório para uma geraizeira fazedora de peneira, de balaio, não entrar na terra dela para tirar um cipó, para amarrar uma peneira. Isso não é ditadura? Estamos vivendo em 2015, em pleno século XXI, dizendo que é uma democracia, já voltou, a ditadura nunca foi embora nesse país, principalmente no norte de Minas. Outro dia mesmo eu fui ameaçado, por quem? Por funcionário do ex-governador Newton Cardoso, que é um velho coronel também da ditadura militar, por telefone. O amigo Rogério Correia pediu na audiência para um encaminhamento à polícia. A polícia só me ouviu e falou para os bandidos, os jagunços de Newton Cardoso que eu estava denunciando eles lá. Agora eles estão lá na rua, no Vale das Cancelas, todo dia me ameaçando de morte. Então é ditadura e está dentro da política, não é? E enquanto o PMDB estiver junto com o PT, está tramando a ditadura a mesma coisa, porque quem governa as fontes produtivas do nosso país é o Ministério de Minas e Energia apoiado pelo PMDB, é o PMDB que administra lá. Então a ditadura não vai sair porque Newton Cardoso é quem manda do PMDB em Minas Gerais. Pode trocar os presidentes do partido, mas esses partidos políticos, criados para mascarar uma democracia que não existe. Então eu concordo, não é, eu filiei no Partido dos Trabalhadores porque eu acho que é um partido que tem uma ideologia boa. Mas na verdade tem pessoas que apropriam desses espaços criados pelos

trabalhadores para poder fragmentar os nossos direitos. A vida nossa lá no Vale das Cancelas é sofrida, nós estamos com Dona Lourdes, os juízes dão reintegração de posse contra a Dona Lourdes, que é uma geraizeira nativa lá. O Valdivino Rodrigues Gouveia, meu primo, também o juiz paraquedista, Doutor Leopoldo Mameluque, deu uma liminar contra o Valdir. E estava lá um conluio entre oficial de justiça para tentar tirar o Valdir, caladinho, sem passar pelo advogado do Valdir. Nada disso, tudo escondido. Então lá em Grão Mogol funciona uma ditadura dentro do fórum de Grão Mogol, está instalado, você faz denúncia não vale nada. As grilagens de terra continuam, as empresas fazendo usucapião em terras devolutas, que é do povo geraizeiro. A Secretaria de Meio Ambiente, o Meio Ambiente, a SEMAD, liberando licenças para as empresas desmatarem, derrubar pequiizeiro, acabar com a vida do geraizeiro. E diz que está tudo certo. Como que sabe? O Ministério Público Federal já fez um parecer técnico, e lá existe a população gaeraizeira há mais de sete gerações. A Universidade Federal de Minas Gerais fez também o laudo e consta a presença do povo geraizeiro. A Unimontes também fez. Aqui eu estou com um papel que fala que a Fundação Palmares, a Fundação Palmares reconhece que tem o Quilombo de Peixe Bravo. E a mineradora Sul Americana de Metais fala nos estudos dela e fala nas audiências públicas que a Fundação Palmares fala que lá na região da mina, na região atingida não tem Quilombola, e é apenas poucos metros o território tradicional Quilombola de Peixe Bravo da cava que a mina quer explicar e diz que eles não são atingidos, e não reconhece. Nós temos a reserva de extrativismo lá de Vereda Funda, e a empresa fala que não tem geraizeiro na região. Nós temos, a comunidade inteira é gerazeira, o povo de Josenópolis todo é geraizeiro, inclusive o prefeito José Nilson declara também geraizeiro. Não é mesmo ou não? Então por que não tem população tradicional? E sem sequer nós fomos consultados. E tramita no IBAMA, em Brasília, uma licença prévia dessa mineração, eu acuso qualquer um funcionário do IBAMA, do Governo Federal, acuso a Presidente Dilma, o Governador Pimentel e qualquer um que aprovar esse licenciamento ambiental no norte de Minas para exploração de minério de ferro. Uma empresa que vai consumir 53 milhões de metros cúbicos de água em pleno semiárido, onde que o acesso à água é negado a toda a população geraizeira. É o maior crime da ditadura, é a maneira que a mineração atua no Brasil e no Estado de Minas. Nós estamos perdendo a soberania, os recursos naturais, o serrado, a água e toda a vida e toda a cultura do nosso povo. E por isso nós estamos sofrendo a ditadura em 2015. Muito obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Trecho Incompreensível)

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de agradecer o depoimento de todos que tiveram sua participação nesse período da manhã aqui da nossa audiência pública. Gostaria de agradecer a presença de professores, estudantes, donas de casa, senhores, trabalhadores, geraizeiros, vazanteiros, Quilombolas, e outros, Xacriabá. Agradecer a presença dos presidentes de partido, Paulo Rogério, do PT de Montes Claros, Daniel Dias, do PC do B de Montes Claros. É? Na parte da tarde nós estaremos instalando a Comissão Verdade e Memória do Grande Sertão com uma coordenação, e em seguida instituindo quatro grupos de trabalho, que durante um período de dois anos estará, esses grupos de trabalho estarão fazendo os levantamentos, tanto documental quanto testemunhal, por meio de gravação da memória das pessoas, de uma forma muito mais exaustiva para que nós possamos encaminhar à Comissão da Verdade Nacional e à Comissão do Estado o resultado do levantamento que nós fizemos sobre as pessoas atingidas pela ditadura. Como disse Nilmário, houveram pessoas aqui no norte de Minas diretamente atingidas em 64 e em 69, pela ditadura, mas foi recorrente a utilização tanto do DOPS quanto da polícia militar nos processos de expropriação territorial. O caso de Cachoeirinha é o mais conhecido, o caso dos Xacriabás, com a morte de Rosalino em decorrência da atuação da Rural Minas é também conhecido. Mas houveram muitos outros casos que aconteceram e que continuam a acontecer dado o poder dos latifundiários e empresas que ocupam o espaço territorial norte mineiro. Bem, estou encerrando a participação das pessoas nos grupos de trabalho, mas é para trabalhar mesmo? É muito bem-vindo, a gente agradece a inscrição para a participação nos grupos de trabalhos que nós instituiremos à tarde e começaremos os trabalhos. Eu dou por encerrada a nossa manhã e retornamos às 14 horas para dar continuidade ao nosso trabalho. Também agradeço a presença do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, à Zilá CPT, lá de Manga. Obrigada pela presença. E eu gostaria de agradecer aos voluntários que compuseram a Comissão, a pró-Comissão pelo trabalho eficaz que vocês estão desenvolvendo desde antes, agora e continuarão posteriormente. Muito obrigado, de coração.